

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**RAFAEL MORAES DE SOUSA**

**DESACELERAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO MARANHÃO: Uma  
análise a partir da criação e destruição de empregos em São Luís entre 2009 e 2015**

São Luís - MA

2017

**RAFAEL MORAES DE SOUSA**

**DESACELERAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO MARANHÃO: Uma análise a partir da criação e destruição de empregos em São Luís entre 2009 e 2015**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexsandro Sousa Brito

São Luís - MA

2017

Moraes de Sousa, Rafael. Desaceleração do mercado de trabalho no Maranhão: Uma análise a partir da criação e destruição de empregos em São Luís entre 2009 e 2015 / Rafael Moraes de Sousa. 2017.

65 f.

Orientador(a): Alexsandro Sousa Brito.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

1. Desaceleração. 2. Mercado de Trabalho. 3. Postos de Trabalho.  
I. Sousa Brito, Alexsandro. II. Título.

**RAFAEL MORAES DE SOUSA**

**DESACELERAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO MARANHÃO: Uma  
análise a partir da criação e destruição de empregos em São Luís entre 2009 e 2015**

Monografia apresentada ao curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal do  
Maranhão, como requisito para obtenção do  
grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alexsandro Sousa Brito (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

---

1º Avaliador

Universidade Federal do Maranhão

---

2º Avaliador

Universidade Federal do Maranhão

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela oportunidade concedida. Aos meus pais, Elenice da Silva Moraes e Telésforo Neto Ribeiro de Sousa, por sempre acreditarem me apoiarem e concederem a oportunidade de estudar, além do exemplo diário.

Aos professores que ao longo de toda a graduação me abrilhantaram com o ensino de Ciências Econômicas e a cada dia me forneceram subsídios para me tornar um economista, em especial ao Prof. Dr. Alexsandro Sousa Brito que além de uma excelente orientação foi fundamental ao ministrar suas aulas e despertar o interesse pelo questionamento e a pesquisa, assim como a Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Valéria Ferreira dos Santos de Almada Lima que me proporcionou o primeiro contato com a pesquisa e temática mercado de trabalho na iniciação científica.

Por fim, mas não menos importante aos meus amigos Aloísio Lopes, Aline Silva, Jackelayne Campos, Joana Vieira, Larissa Matos, Thaynara Cordeiro, Wilson Filho dentre outros...que se fizeram presente no decorrer de toda essa jornada acadêmica na graduação compartilhando momentos de frustração e felicidade, porém sempre com o bom humor que vida merece.

## RESUMO

O mercado de trabalho é tema de diversas discussões dentro da economia, sua incessante dinâmica abre espaço para as mais diversas interpretações. O presente estudo é o esforço de trazer uma interpretação mais completa para a situação do mercado de trabalho no Maranhão e São Luís –MA. Para tanto, observar tal dinâmica apenas com dados da oferta de trabalho mostrou ser uma abordagem insuficiente, logo a partir das medidas de criação, destruição e realocação de postos de trabalho, ou seja, uma análise voltada para o lado da demanda por trabalho buscou-se identificar em que momento houve a desaceleração do mercado de trabalho. A conclusão foi que o mercado de trabalho apresenta dois momentos distintos o primeiro ciclo (2003-2008) caracterizado por uma expansão do emprego formal e o segundo ciclo (2009-2015) marca a desaceleração, assentada em um primeiro momento pela quebra de ritmo de criação de postos de trabalho pelas empresas e em segundo momento, a partir de uma análise focada no setor privado, a constatação de uma inversão de tendências onde a destruição de postos de trabalho passa a ser determinante no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho. Desaceleração. Postos de Trabalho.

## ABSTRACT

The labour market is the subject of many discussions within the economy, your incessant dynamics makes bring ups many different interpretations. The present study is the effort to bring a more complete interpretation for the labour market situation in Maranhão and São Luís-MA. Therefore, observe such dynamics only with data from job offer turned out to be an inadequate approach, from the creation, destruction and relocation of jobs, i.e. an analysis focused on the demand side for study sought to identify in that moment there was a slowdown in the labor market. The conclusion was that the job market presents two different times the first cycle (2003-2008) characterized by an expansion of formal employment and the second cycle (2009-2015) marks the deceleration, determined at first by breaking pace of job creation by businesses and second moment, from an analysis focused on the private sector, a trend reversal where the destruction of jobs becomes a determining factor in the labour market.

**Keywords:** Labour Market. Deceleration. Jobs.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Taxa de Desocupação (%) Maranhão 2009-2015 .....	30
Gráfico 2 - Participação das posições na ocupação (média) Maranhão 2009-2015 .....	31
Gráfico 3 - Taxa de Desocupação % (eixo direito) e posições na ocupação (índice 2009 =100) Maranhão 2011-2015.....	32
Gráfico 4- Pessoal ocupado por grupamento de atividade Maranhão (Média) Maranhão 2009-2015 .....	33
Gráfico 5– Participação Tipos de Empregados (Média 2009-2015) .....	35
Gráfico 6– Anos de Instrução (Média 2009-2015).....	36
Gráfico 7- Faixa Salarial Maranhão (Média 2009-2015) .....	36
Gráfico 8- Nível de Empregos Formais MA (1997-2015) .....	43
Gráfico 9- Estoque de Empregos Formais MA (1997-2015) .....	44
Gráfico 10- Nível de Empregos Formais MA, NE, CE e PI (1997-2015) .....	44
Gráfico 11- Taxa de criação da economia São Luís (2003- 2015) (%).....	47
Gráfico 12- Taxa de destruição da economia São Luís (2003- 2015) (%).....	47
Gráfico 13- Taxa de criação (JC), destruição (JD) e variação líquida (NEG) São Luís (2003-2015) (%).....	48
Gráfico 14– Taxas de Realocação Bruta São Luís (GJR)– MA (2003-2015) (%).....	50
Gráfico 15– Taxas de Criação e Destruição sem o Setor Público São Luís – MA (2009-2015) (%) .....	51
Gráfico 16 – Taxas de Criação e Destruição do Setor Público São Luís – MA (2009-2015) (%) .....	52
Gráfico 17– Taxas de Variação Líquida (NEG) São Luís – MA (2009-2015) (%) .....	53

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1– Estoque Hipotético De Empregados .....</b>	<b>22</b>
<b>Tabela 2– Taxas de Criação, Destruição, Realocação Bruta e Realocação Excedente .....</b>	<b>22</b>
<b>Tabela 3- Firmas de 0 a 4 declarantes na RAIS identificada São Luís – MA (2011- 2015).....</b>	<b>24</b>
<b>Tabela 4- Participação Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (Percentual) Maranhão 2009-2015 .....</b>	<b>34</b>
<b>Tabela 5– Concentração de empregados e empresas no município de São Luís (2009-2015) .....</b>	<b>39</b>
<b>Tabela 6- Taxas de Criação, Destruição e Realocação Brasil 1992-2000 .....</b>	<b>41</b>
<b>Tabela 7- Taxas de Criação, Destruição, Realocação Brasil 1992-2000.....</b>	<b>42</b>
<b>Tabela 8- Taxas de Criação e Destruição por setores 2009-2015.....</b>	<b>53</b>
<b>Tabela 9- Taxas de Criação, Destruição, Realocação Bruta e Variação Líquida 2009-2015 São Luís .....</b>	<b>54</b>
<b>Tabela 10- Taxas de Criação, Destruição, Realocação Bruta e Variação Líquida 2012-2015 São Luís .....</b>	<b>55</b>
<b>Tabela 11- Taxas de Criação, Destruição, Realocação Bruta e Variação Líquida 2012-2015 São Luís Sem Setor Público (%). .....</b>	<b>56</b>
<b>Tabela 12- Subsetores taxas de criação e destruição 2009-2015 (%). .....</b>	<b>62</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1– Estados da Força de Trabalho.....</b>	<b>27</b>
--	-----------

## LISTA DE SIGLAS

BACEN - Banco Central do Brasil

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EJR - Excess Job Reallocation

FIES Fundo de Financiamento Estudantil

GROSS Job Reallocation

GRAMMA - Grupo de Estudos e Pesquisas Em Macroeconomia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JC - Job Criation

JD - JOB Destruction

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NEG - Net Employment Growth

PEA - População Economicamente Ativa

PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

PME - Pesquisa Mensal de Emprego

PIA- População Em Idade Ativa

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade para Todos

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.

SIUP -Serviços Industriais de Utilidade Pública

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. CRIAÇÃO, DESTRUIÇÃO E REALOCAÇÃO DE EMPREGOS .....</b>	<b>15</b>
2.1. Considerações teórico metodológicas .....	17
2.2. Sobre a base de dados utilizada.....	23
2.3. Medidas do mercado de trabalho.....	24
2.3.1. Conceitos de mensuração do emprego dos órgãos oficiais .....	25
<b>3. BREVE PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO NO MARANHÃO DE 2009 A 2015: uma análise pelo lado da oferta.....</b>	<b>30</b>
3.1. Ocupação e posição na ocupação .....	30
<b>4. DESACELERAÇÃO, CRIAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE EMPREGOS DE 2009 A 2015: uma análise geral pela demanda de empregos no Maranhão e em particular em São Luís .....</b>	<b>39</b>
4.1. Um breve balanço na literatura .....	40
4.2. Desaceleração dos empregos formais no Maranhão .....	43
4.3. Criação e destruição de empregos em São Luís: uma breve análise por setores e tamanho das empresas .....	46
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>62</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho possui uma dinâmica constante tanto aqueles que atuam pelo lado da oferta (trabalhadores) quanto os que atuam pela demanda (empresas) possuem características próprias, ou seja, não há uma homogeneização entre suas decisões e suas reações, portanto captar essas características torna a visão do mercado de trabalho mais ampla. Quando olhamos para a demanda do mercado de trabalho por mais que seus agentes atuem em setores semelhantes ou tenham tamanhos e idades parecidos, para citar como exemplo, cada um deles reage de maneira singular frente a um estímulo, isto é, não é correto esperar que todos tomem decisões idênticas a partir de um choque. Pensando nessa particularidade a teoria da Criação, Destruição e Realocação de postos de trabalho vem para trazer essa visão mais completa do mercado de trabalho, pois ela foca na dinâmica da demanda por trabalho mais especificamente na heterogeneidade das empresas assim trazendo informações importantíssimas daqueles que são responsáveis por criar ou destruir postos de trabalho.

O presente estudo é derivado de um plano de pesquisa maior, inserido no projeto de pesquisa denominado “Mercado de Trabalho no Maranhão: desaceleração, destruição, realocação e capacidade de criação de empregos formais”, aprovado pela resolução nº1523-CONSEPE, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Macroeconomia –GRAMMA e apresenta os resultados parciais da pesquisa para o município de São Luís- MA. Nesse contexto, utilizando as medidas propostas pela metodologia o objetivo desse estudo será focado em apontar o momento de desaceleração do mercado de trabalho no Maranhão. Devido ao grande volume de dados optou-se, para esse trabalho, em usar o município de São Luís como estudo de caso, tal medida não altera a qualidade dos dados e da análise porque o município tem uma grande participação no mercado de trabalho estadual ditando assim o ritmo e direção do mercado algo que será demonstrado com os dados no desenvolvimento do estudo.

Nessas circunstâncias, o trabalho parte da seguinte problematização em que momento o mercado de trabalho no Maranhão começa a desacelerar? alguns estudiosos e órgãos oficiais voltados para o estudo do mercado de trabalho do estado apontam mediante análises de dados agregados da oferta ( como a taxa de desocupação) que o mercado de trabalho perde seu ritmo a partir de 2014, no entanto se observamos a dinâmica do emprego formal usando os dados de estoque de emprego formal nota-se dois momentos distintos do mercado trabalho: o primeiro iniciado em 2003 perdurando até 2008 com taxa de variação do estoque de emprego formal de 8% a.a. e o segundo de 2009 a 2015 com uma queda brusca de variação do estoque para 4% a.a. , ou seja, é nítido que há um forte e gradual processo de desaceleração do mercado de

trabalho no estado, mas que pode ser disfarçado se observarmos apenas os dados da oferta de mão de obra.

O seguinte trabalho é dividido em cinco partes, iniciado por essa introdução e finalizado com a conclusão. O capítulo 2 intitulado “Criação, Destruição e Realocação de Empregos” faz uma apresentação da teoria em que o estudo se baseia e traz informações sobre a metodologia das medidas, sobre a base de dados utilizada e conceitos de mensuração da oferta dos órgãos oficiais. No capítulo 3 “Perfil do Mercado de Trabalho do Maranhão 2009 a 2015: uma análise pelo lado da oferta” traz uma breve análise do mercado de trabalho no estado usando os dados da PNAD contínua perfazendo uma interpretação pela oferta. No capítulo 4 “Uma análise pela Demanda por trabalho” traz uma breve análise da literatura seguido da apresentação da problematização e finalizando com os resultados gerais da pesquisa.

A metodologia empregada foi tanto quantitativa quanto qualitativa, assim como uma pesquisa bibliográfica. A parte quantitativa foi baseada principalmente no tratamento dos Microdados RAIS, dados restritos liberados apenas pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE mediante acordo de sigilo formal conveniado entre o Grupo de Estudos e Pesquisas em Macroeconomia (GRAMMA) repassados através do setor de Divulgação de Estatísticas do Trabalho, assim como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Enquanto a parte qualitativa se deu na análise dos dados seguindo a Teoria de Criação, Destruição e Realocação de postos de trabalho como referencial teórico.

## 2. CRIAÇÃO, DESTRUIÇÃO E REALOCAÇÃO DE EMPREGOS

O mercado de trabalho vive em intensa movimentação, empresas surgem e desaparecem a todo momento, bem como pessoas entram e saem da força de trabalho constantemente. A todo instante há criação e destruição de postos de trabalho nas mais diversas empresas, semelhantes ou não, seja em termos de tamanho, setor, região, atividade e outras características mais. Isso revela uma grande heterogeneidade entre os estabelecimentos.

A dinâmica do emprego é geralmente estudada através de caracterizações agregadas de estoques de pessoas ao longo do tempo. Instituições oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) produzem materiais periódicos acerca da taxa de desemprego e pessoas na ocupação, na economia como um todo ou especificadas por setores, gêneros, instrução e afins. Embora, sejam informações relevantes essas medidas não permitem refletir as decisões heterogêneas das firmas de mesmo setor e da economia geral, bem como suas decisões em relação a expansão ou retração de emprego, tendo em vista que os dados agregados tendem a padronizar todas as firmas nos levando a crer que todas optam pelo mesmo caminho. Dessa forma é preciso observar como cada empresa altera a sua força de trabalho no decorrer do tempo permitindo assim entender os determinantes da dinâmica do emprego agregado, desse modo:

A partir de meados da década de 1990, os economistas colocaram na agenda de pesquisa, de modo proeminente, a análise da criação e destruição de postos de trabalho, focando o comportamento do emprego em cada firma ao longo do tempo. Isso se deveu [sic] a dois fatores, um de natureza teórica e outro de natureza empírica. Do lado teórico, os modelos macroeconômicos sobre o comportamento do mercado de trabalho não conseguiam, a partir de modelos com agentes representativos, replicar a dinâmica dos grandes agregados do mercado de trabalho, como a taxa de ocupação, o desemprego e os grandes movimentos de trabalhadores entre estados no mercado de trabalho (inatividade, ocupação e desocupação). Fazia-se necessário incluir nos modelos, entre outros fatores, a heterogeneidade de comportamento das empresas na economia. Dessa forma, a contrapartida empírica desses modelos, até então baseada em pesquisas domiciliares, revelou a necessidade de analisar-se o comportamento das empresas. Isso levou ao segundo fator, sobre o qual, apenas recentemente, os pesquisadores tiveram acesso a bases de dados das empresas e da movimentação de empregos, que permitem calcular as medidas necessárias. (RIBEIRO, 2006. p.22).

Se nos propusermos a fazer uma análise teórica microeconômica sobre as decisões das empresas é fácil deduzir que tudo mais constante as firmas não têm motivos para expandir ou retrair mão de obra, ou seja, na ausência de movimentações na atividade econômica (choques) elas mantêm seus fatores de produção inalterados, nesse caso estamos especificando o Trabalho. Segundo Corseuil (2006) esse fato vem da suposição que os agentes escolhem a melhor quantidade de postos para aquela configuração de equilíbrio determinados por um conjunto de

preços relativos, produtividade e custos esperados. Os choques são mudanças, internas ou externas, no ambiente econômico que afetam a alocação de fatores de produção da empresa bem como suas perspectivas de lucratividade, sendo que para nossa análise a modificação de maior relevância seria a da força de trabalho.

Dessa forma, fica então definido o fator indutor das decisões de modificação da força de trabalho nas empresas, os choques, que conforme Homsy (2009) podem variar de acordo com a origem (demanda ou tecnológico) e abrangência (localizados ou agregados). Os choques de demanda normalmente tendem a gerar uma realocação de postos num período de tempo menos duradouro e concentrado em uma das direções, isto é, para criação ou para a destruição, isso se justifica se considerarmos que esse choque vem diretamente do mercado exigido por uma expansão ou uma retração da demanda que obriga a empresa a ajustar seu fator de produção trabalho.

Já os choques tecnológicos exibem tanto criação quanto destruição para firmas similares e até na mesma firma, isto posto há uma mudança no processo produtivo, bem como na característica dos postos de trabalho, os efeitos são mais duradouros pois há um processo de diferenciação, logo as firmas terão que se adequar à nova realidade de produtividade e custos do setor modificando assim sua forma de alocar seus fatores de produção, contudo não é uma tarefa realizável em um curto período de tempo. De modo bem direto podemos concluir que os choques de demanda são reajustáveis em curto prazo podendo ser destacado com a variação de apenas um fator de produção, o trabalho, no entanto os choques tecnológicos exigem muito mais das firmas caracterizando assim uma relação de longo prazo.

Os choques podem ser também agregados ou localizados (grupo de firmas, setor, atividade, região, tamanho), sendo que os efeitos produzidos em termos de magnitude também são diferentes, ou seja, enquanto os choques agregados tendem a proporcionar uma realocação de postos semelhantes entre os setores os choques localizados produzem efeitos sobre as firmas de maneira diferente. Essas diferentes reações são o ponto forte da teoria, isto é, o modo como as empresas podem reagir frente aos choques é que legitimam a heterogeneidade e ditam a dinâmica do emprego na economia.

As diferenças nas reações vêm das diferenças entre as empresas, muitas vezes não observadas pelos pesquisadores. Ainda que dentro de um mesmo setor ou para um mesmo tipo de empresa (tamanho e região, por exemplo), unidades empresariais são diferentes em níveis de produtividade, de tecnologias e processo, de lucratividade, em estrutura de custos, em custo de insumos e/ou tipos e leque de produtos oferecidos. Essas diferenças implicam que as empresas terão reações diferenciadas aos choques, sejam eles micro, sejam macroeconômicos. Por exemplo, uma mudança cambial irá gerar destruição de emprego em empresas muito expostas financeiramente a dívidas em moeda estrangeira, mas apresenta uma oportunidade de expansão para empresas

que sofrem com a competição externa via exportação ou importação (Davis e Haltiwanger, 1992 pp. 819-863).

Em resumo, o processo de criação e destruição das empresas nada mais é que o reflexo das características heterogêneas das empresas e o modo como elas respondem aos choques e mudanças ocorridos no ambiente competitivo. Os custos de ajustamento, a alocação de fatores de produção e a produtividade também não são semelhantes mesmo para empresas que em tese aparentam ser similares seja em tamanho, região, setor e demais atributos. A compreensão dessas heterogeneidades não pode ser descartada como se produzisse efeito algum sobre o resultado agregado, ou seja, a identificação dos efeitos no mercado de trabalho passam pela identificação também dos efeitos individualizados das empresas.

### **2.1. Considerações teórico metodológicas**

Antes de iniciarmos a explanação das medidas utilizadas na metodologia é preciso fazer algumas descrições importantes. O mercado de trabalho encontra-se a todo instante em situação de “estado” e “fluxo” o estado diz respeito a condição de ocupado, desocupado (desemprego) ou inativo, considerando um intervalo de tempo, de modo que esses estados são conectados por fluxos, isto é, situações em que o indivíduo pode transitar pelos três estados. Segundo Ribeiro (2006, p.15):

O primeiro conceito básico é o da ocupação, que diz respeito ao fato de uma pessoa ter atividade remunerada no mercado de trabalho, seja como empregada (formal ou informal), seja empregadora, seja por conta própria, seja outra categoria. O segundo, é o do desemprego ou desocupação, em que a pessoa não está ocupada e se encontra à procura de uma ocupação. O terceiro, a inatividade, por exclusão, representa a situação em que a pessoa não está ocupada ou à procura de ocupação. Os fluxos entre estados do mercado de trabalho referem-se, por exemplo a saída de pessoas ocupadas para o desemprego ou para à inatividade.

A ocupação normalmente está associada ao conceito de emprego<sup>1</sup> e posto de trabalho. O conceito de posto de trabalho remete às vagas já ocupadas e as disponíveis em determinada firma, ou seja, trata do número de trabalhadores que podem vir a ser contratados, de acordo com o planejamento da empresa, na esfera formal (assalariado). Logo, os postos de trabalho ocupados representam o número de trabalhadores que efetivamente fazem parte da empresa. Contudo, o número de trabalhadores efetivos pode ser inferior ao de postos de trabalho uma vez que a empresa pode ter postos vagos, devido às demissões, por estar em processo de espera

---

<sup>1</sup> Emprego, embora utilizado frequentemente como sinônimo de postos de trabalho, é um conceito mais amplo, que pode incluir os autônomos e os empregadores. (RIBEIRO, 2006, p.16)

de contratação, por remoção interna ou dupla atribuição de cargos. Portanto, equiparar ocupação com postos de trabalho pode levar a dois erros: o primeiro na característica do trabalho já que a ocupação abrange remuneração formal e informal, enquanto os postos de trabalho são restritos ao formal; segundo, seria admitir e generalizar para dados agregados que toda quantidade de postos de trabalhos estaria no nível de ocupado, ou seja, está efetivamente em atividade.

O uso corrente dos conceitos anteriormente mencionados pode ser confuso na literatura nacional. Por exemplo, quando num relatório de análise do mercado de trabalho afirma, baseado em pesquisas domiciliares (Pesquisa Mensal de Emprego – PME) ou dados administrativos, como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que tantos postos de trabalho foram criados ou destruídos (de modo líquido), tal aumento, na verdade, foi mensurado pela mudança líquida no número de ocupados (incluindo empregadores e autônomos) ou de assalariados. A compreensão de postos de trabalho como ocupados toma uma suposição implícita de que não existem vagas desocupadas em nenhum momento e de que os empregadores e os conta-própria são contabilizados como ocupantes de postos de trabalho (no caso de pesquisas domiciliares). No caso deste trabalho, tomou-se o entendimento estrito de emprego como posto de trabalho assalariado ocupado por trabalhador. (RIBEIRO, 2006. p.13)

Na teoria da Criação, destruição e realocação de empregos a análise das movimentações no mercado de trabalho está voltada para os fluxos de postos de trabalho a partir da criação e destruição das empresas. Em outras palavras, o foco da análise está voltado para a demanda por trabalho compreendendo as decisões de expansão e/ou retração da força de trabalho de uma empresa.

Outra questão importante está no estudo da realocação de emprego. O estudo do fluxo de emprego entre os empregadores é relevante para a identificação da capacidade de alocação dos recursos da economia.

Um mercado de trabalho muito flexível pode sugerir maior eficiência alocativa. Por um lado, esse mercado pode reduzir os custos associados a mudanças de lucratividade entre setores, garantindo que as mudanças de oportunidades sejam acompanhadas pela movimentação de pessoas e de capital para os setores mais atrativos. (RIBEIRO, 2006. p.65).

É possível deduzir também que a alta flexibilidade pode proporcionar um ambiente de insegurança para o trabalhador, gerado pelo baixo tempo de permanência no posto de trabalho, assim como uma insuficiência de competências e agregação de capital humano por parte do trabalhador o que lhe garante apenas a possibilidade de obter empregos de baixa qualificação em setores de alto grau de rotatividade, já que as firmas apresentam baixa necessidade de retenção e facilidade de obter mão-de-obra para esses postos. Logo, a identificação de fatores que promovem uma alta taxa de rotatividade no mercado de trabalho é essencial para evitar

compreensões incorretas tendo em vista que é possível tirar conclusões que levam para direções bem diferentes uma da outra acerca da real situação.

No processo de análise da criação, destruição e realocação de empregos aplica-se uma metodologia muito interessante que parte da análise dos fluxos de empregos das empresas ao longo do tempo, medindo a mudança de oportunidades de emprego em função das empresas que expandem ou reduzem o emprego. A forma de cálculo da variação do estoque de empregados será a partir da expressão  $\Delta n_{it} = n_{it} - n_{i(t-1)}$ , onde “ $n_i$ ” representa o estoque de empregados em cada empresa “ $i$ ”. A equação define a variação líquida de emprego como a diferença entre o estoque de empregos no período  $t-1$  e  $t$ , ou seja, a diferença entre o número de empregos criados ou destruídos em cada empresa na passagem de um período para o outro.

Ante a separação esquemática do mercado de trabalho entre estados e fluxos, é conveniente mensurar mudanças nos estados de ocupação, desemprego (ou desocupação) e inatividade em termos de empresas considerando o efeito líquido da mudança no emprego para cada empresa  $i$ . Davis e Haltiwanger (1992) propuseram um novo conjunto de medidas para captar tais mudanças nas oportunidades de emprego nos termos considerados.

Como primeira medida temos a taxa de criação de empregos (Job Criation) que por definição é a soma das variações do emprego ( $\Delta nit$ ) daquelas firmas que tiveram crescimento (ou não-redução) do emprego, em percentagem do emprego médio da economia ( $E_t$ ). De forma concisa, expressa o número de oportunidades de emprego de postos de trabalho criados entre  $t-1$  e  $t$  para todas as empresas que expandiram o total de emprego no período considerado:

$$JC = \sum_{i=1}^M \frac{\Delta nit}{E_t} \times 100 \quad I(\Delta nit \geq 0) \quad I() \text{ é a função indicador, que toma valor 1, se o critério é verdadeiro, e 0, se falso} \quad (1)$$

O estoque médio de empregos da economia é dado pela média aritmética do estoque total de empregos (soma de todos os postos de trabalhos de todas as empresas) nos dois períodos observados  $E_{t=(N_{it}+N_t)/2}$ , onde seu uso é justificado por permitir uma medida mais simétrica<sup>2</sup> tanto para criação como para a taxa de destruição (Job Destruction) a ser apresentada abaixo:

<sup>2</sup> Além das opções mencionadas, neste trabalho utilizou-se o emprego médio como denominador das medidas de criação e destruição, pois, conforme foi referido no capítulo 2, o uso do emprego médio entre dois períodos para calcular a taxa de criação (destruição) de emprego vem do fato de a medida ser simétrica para aumentos ou para reduções do emprego e permitir o tratamento de entrada e de saída de empresas. Ao contrário, a medida tradicional de taxa de variação, que usa emprego no período anterior ( $t-1$ ), reflete valores diferentes no número de postos de trabalho criados ou destruídos para uma mesma taxa de 5 ou -5%. O denominador é, contudo, composto pelo estoque final de dois anos consecutivos

$$JD = \sum_{i=1}^M \frac{|\Delta nit|}{Et} \times 100 \quad I(\Delta nit < 0) \quad (2)$$

É definida como a soma das variações negativas de emprego das firmas em porcentagem do emprego médio. O número de oportunidades de emprego destruídas entre t-1 e t, em relação ao emprego total, agregadas para todas as empresas que diminuíram o número de empregados no período considerado.

A terceira medida criada é a taxa de variação líquida de emprego (Net Employment Growth, NEG), sendo a diferença entre as taxas de criação e de destruição bruta de emprego. Algumas observações são necessárias como exemplo NEG<sub>t</sub> pode ser zero e ainda assim a criação e a destruição de emprego serem positivas e significativas. Com efeito, qualquer variação em NEG<sub>t</sub> pode resultar de altas, moderadas ou baixas taxas de criação e destruição de emprego:

$$NEG = \sum_{i=1}^M \frac{\Delta nit}{Et} = JC - JD \quad (3)$$

A taxa de variação líquida de emprego (NEG<sub>t</sub>) conceitualmente é a diferença entre as taxas de criação e de destruição bruta de emprego. NEG<sub>t</sub> pode ser zero e a criação e a destruição de emprego serem positivas e significativas. Portanto, a variação líquida de emprego (NEG<sub>t</sub>) não é um indicador que deva ser analisado isolado, pois é incompleto, quando se pretende observar as mudanças no mercado de trabalho, principalmente quando essas mudanças implicam em custos de ajustamento tanto para as empresas quanto para os trabalhadores. Por

---

(t-1 e t) e isso pode acarretar alguns problemas, a saber:

- 1) Quando o par de anos estudados não apresentar estoque final (valor *missing*), ou seja, o estabelecimento “surgiu” ou “desapareceu” depois do ano de referência, atribui-se o valor *missing* à taxa de criação (destruição) de emprego.
- 2) Quando o primeiro ano apresentar estoque final igual a *missing* e o segundo ano (ano seguinte) apresentar estoque final zero, também se atribuindo o valor *missing* à taxa de criação (destruição) de emprego, esta situação representa um estabelecimento que teve atividade ao longo do ano seguinte, mas apresentou estoque final igual a zero no ano de “nascimento”.
- 3) quando o primeiro ano apresentar estoque final igual zero e o ano posterior apresentar estoque final com valor *missing*, também se atribui o valor *missing* à taxa de criação (destruição) de emprego.
- 4) A última situação que se atribui o valor *missing* à taxa de criação (destruição) de emprego é quando o par de anos analisado apresenta estoque final igual a zero. Nessa situação o estabelecimento existe, mas não declarou nenhum funcionário em ambos os anos. Em todos esses casos não é possível calcular a taxa de criação (destruição) de emprego, e o valor *missing* representa que essa taxa, para essas situações, não existe. Para os casos em que o par de anos analisados apresenta estoque final (valor maior que zero), é possível, portanto, calcular a taxa de criação (destruição) de emprego. A única situação em que o valor dessa taxa é arbitrado é quando a empresa, que existia e apresentava estoque final maior que zero, saiu da base (ou morreu) no ano subsequente. (COERSUIEL, 2006, p.32)

exemplo, um aumento líquido no emprego agregado em 10 empregos ( $NEG_t=10$ ), pode ser devido à expansão em dez vagas em uma única empresa, com as demais constantes; ou devido à criação de 110 postos e a destruição de 100 postos espalhadas pelas empresas na economia como um todo. Como os custos de ajustamento não são nulos, a perda de bem-estar associada à segunda situação pode ser significativa. É importante, então, criar uma medida do volume absoluto de mudanças no mercado de trabalho que expresse a movimentação entre as oportunidades de emprego.

Tal medida criada foi a taxa de realocação bruta (Gross Job Reallocation), cuja a tarefa é auxiliar o estudo não da rotatividade dentro de uma empresa, economia ou setor de atividade, mas sim a realocação entre as empresas, em outras palavras se observa as variações dos postos de trabalho assalariado.

A taxa de realocação bruta de postos de trabalho (GJR) é a soma do número absoluto de empregos criados e destruídos nos estabelecimentos durante um período, em relação ao emprego médio total da economia:

$$\mathbf{GJR} = \sum_{i=1}^M \frac{\Delta nit}{Et} = \mathbf{JC} + \mathbf{JD} \quad (4)$$

No entanto, é preciso desenvolver outra medida para a realocação isso pois a GJR varia de acordo com a variação de NEG, sendo assim foi criada a realocação de emprego excedente (Excess Job Reallocation):

$$\mathbf{EJR} = \sum_{i=1}^M \frac{\Delta nit}{Et} = \mathbf{GJR} - |\mathbf{NEG}| \quad (5)$$

Como apontado por Corseuil (2006, p.17) a EJR expressa a intensidade de rotatividade das oportunidades de emprego, bem como é também uma medida de rearranjo das oportunidades de emprego, excluindo a mobilidade de postos de trabalho necessária para acomodar a variação líquida ou a variação líquida da demanda por emprego. Logo, mede o quanto da realocação não pode ser explicado pelo crescimento (ou pela redução) líquida do emprego.

De modo a tornar a compreensão e aplicabilidade das medidas mais simples segue abaixo um exemplo numérico de como é executada as estatísticas. Suponhamos que a economia

seja representada apenas por duas empresas, A e B, a tabela 1 mostra o estoque de empregos de cada uma das empresas nos períodos  $t$ ,  $t-1$  e  $t+1$ :

**Tabela 1– Estoque Hipotético De Empregados**

<b>Período</b>	<b>T-1</b>	<b>T</b>	<b>T+1</b>
<b>Empresa A</b>	10	7	8
<b>Empresa B</b>	8	9	9

Fonte: Elaboração Própria

A tabela 2 traz as medidas de as taxas de criação (JC), Destruição (JD), variação líquida (NEG), realocação bruta (GJR) e realocação excedente de emprego (EJR) para os períodos  $t$  e  $t+1$ :

**Tabela 2– Taxas de Criação, Destruição, Realocação Bruta e Realocação Excedente**

	<b>JC</b>	<b>JD</b>	<b>NEG</b>	<b>GJR</b>	<b>EJR</b>
<b>T</b>	5,9	17,6	-11,8	23,5	11,8
<b>T+1</b>	6,1	0,0	6,1	6,1	0,0

Fonte: Elaboração Própria

Nota:  $E_t=(18+16)/2=17$ ;  $E_{t+1}=(16+17)/2=16,5$ ;  $\Delta n_{At}=-3$ ;  $\Delta n_{Bt}=1$ ;  $\Delta n_{At+1}=1$ ;  $\Delta n_{Bt+1}=0$ .

No período  $t$ , a empresa A reduziu em três o número de empregos, e a empresa B, ao contrário, aumentou em um o número de trabalhadores. Como o emprego médio agregado em  $t$  e  $t-1$  é igual a 17, nessa economia, 5,9% dos empregos existentes foram criados no ano, e 17,6% foram destruídos em relação ao ano passado. A redução líquida agregada de (16-18) dois postos de trabalho entre  $t$  e  $t-1$  indica uma taxa de variação líquida de -11,8% sobre o emprego médio (dezesete trabalhadores). Como dezesseis postos de trabalho foram criados ou destruídos no período,  $GJR=23,5\%$ . A taxa de EJR indica que 11,8% dos empregos (ou seja,  $17 \times 0,118=2$ ) no ano foram realocados entre empresas em excesso ao necessário para acomodar a mudança líquida agregada de dois postos de trabalho. Já para  $t+1$ , nenhuma empresa destruiu empregos, sendo criado um na empresa A.

## 2.2. Sobre a base de dados utilizada

O banco de dados utilizado na pesquisa foi o da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, com cobertura em todo território nacional e com obrigatoriedade de todos os estabelecimentos formalmente constituídos declararem anualmente<sup>3</sup>, com a RAIS podem-se identificar os estabelecimentos e acompanhá-los ao longo do tempo, sendo o banco de dados mais indicado para a metodologia proposta. Aqui cabe uma explicação crucial para o entendimento da metodologia e do trabalho, a base de dados da RAIS aplicada não diz respeito aos dados encontrados através de buscas comuns que podem ser efetuadas nos sites das instituições federais que tratam sobre a divulgação de informações ao público, os dados aplicados aqui são da RAIS identificada<sup>4</sup> que traz de forma discriminada todos os vínculos nominalmente, isto é, empresa por empresa declarante. Apenas com essa forma de desagregação de dados é possível aplicar a metodologia tendo em vista a necessidade do acompanhamento dos estoques de empregados formais de cada uma das empresas.

Essa base pode ser considerada um censo do mercado formal de trabalho. No entanto, apresenta algumas inconsistências que precisaram ser tratadas para a realização deste trabalho, em verdade alguns ajustes foram aplicados para uma melhor composição dos dados. O principal impacto no tratamento dos dados na base da RAIS foi a redução no número de observações, uma vez que essas opções implicaram, na maioria dos casos, em exclusão dos registros que continham informações inconsistentes ou irrelevantes.

A principal adaptação da base de dados foi a escolha de não utilizar as empresas com menos de cinco empregados, isso pois além de serem as firmas com mais inconsistências na apresentação de dados elas são as que representam a maior parte das empresas declarantes, porém quando se trata de participação no número de empregados são quase insignificantes. A tabela abaixo irá ilustrar esse cenário de forma mais precisa:

---

<sup>3</sup> A RAIS se refere a qualquer tipo de empregado: estatutários, celetistas, temporários, avulsos; já o CAGED, apenas empregados celetistas.

<sup>4</sup> É importante frisar que são dados restritos liberados apenas pelo MTE mediante acordo de sigilo formal conveniado entre o Grupo Estudos e Pesquisas em Macroeconomia (GRAMMA) e o Ministério do trabalho através do setor de Divulgação de estatísticas do trabalho.

**Tabela 3- Firmas de 0 a 4 declarantes na RAIS identificada São Luís – MA (2011- 2015)**

	EMPRESAS DECLARANTES				
	2011	2012	2013	2014	2015
0	14.370	14.038	14.685	15.137	15.970
1	2.739	2.949	3.065	3.360	3.475
2	1.600	1.774	1.881	2.020	2.020
3	1.205	1.309	1.353	1.456	1.568
4	922	984	1.036	1.103	1.061
0 a 3	19.914	20.070	20.984	21.973	23.033
0 a 4	20.836	21.054	22.020	23.076	24.094
TOTAL DE DECLARANTES GERAL	26.579	27.240	28.310	29.723	30.572
<b>Participação de 0 a 4</b>	<b>78,39%</b>	<b>77,29%</b>	<b>77,78%</b>	<b>77,64%</b>	<b>78,81%</b>
Empregados em firmas de 0 a 4	13.238	14.360	15.030	16.094	16.463
Empregados total	268.609	320.723	288.956	354.164	332.944
<b>Participação das firmas de 0 a 4 no emprego total</b>	<b>4,93%</b>	<b>4,48%</b>	<b>5,20%</b>	<b>4,54%</b>	<b>4,94%</b>

Fonte: Elaboração Própria baseado nos dados da RAIS identificada

As empresas que possuem de 0 a 4 empregados representam algo em torno de 77,98% das declarações, contudo quando analisamos sua participação no emprego total elas mal chegam a representar 5% do número de empregados uma representação ínfima, o que justifica o corte dessas empresas na formulação dos dados para as medidas da metodologia. Os principais benefícios desse corte estão no fato da redução da base de dados, o que facilita a análise, e a melhora na precisão da informação. Outro ponto importante consiste em uma primeira informação sobre a característica das empresas de São Luís que pode ser extraída de imediato com a tabela 3, tal particularidade diz respeito ao fato de 95% dos empregados formais estarem concentrados em apenas 23% das empresas uma informação importante que merece atenção no tratamento dos dados para a aplicação da metodologia.

### 2.3. Medidas do mercado de trabalho

Vimos até agora a teoria alternativa da Criação, Destruição e Realocação De Empregos, que traz uma metodologia de mensuração baseada na demanda por trabalho. Agora é fundamental compreender como se mede o nível de emprego atualmente, ou seja, como os órgãos oficiais utilizam os métodos de mensuração. Essa não é uma questão simples, pois os

diferentes conceitos e métodos de pesquisa podem fomentar conclusões não correspondentes a realidade, isso se dá, pois, as pesquisas estão medindo conceitos distintos como por exemplo algumas focam o emprego formal (RAIS e CAGED) e outras abordam e agregam mais definições para o emprego (PNAD). Dessa maneira o primeiro passo é a desagregação de conceitos e dados a fim de alcançar um entendimento sobre a proposta de tais pesquisas e seus limites. Nesta seção será apresentada a forma utilizada pelos órgãos oficiais no Brasil, de forma conceitual, que se baseiam no estoque de empregos para determinar seus índices e taxas.

### **2.3.1. Conceitos de mensuração do emprego dos órgãos oficiais**

No Brasil as principais pesquisas feitas com objetivo de mensurar e determinar característica acerca do emprego são: a PNAD contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios); CENSO<sup>5</sup>; PME (Pesquisa Mensal de Emprego)<sup>6</sup>; CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados); PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) e RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Os dados levantados por essas pesquisas servem como referencial para qualquer análise do mercado de trabalho e são promovidos sobre a responsabilidade de instituições oficiais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e o DIEESE<sup>7</sup> (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

As principais diferenças entre as pesquisas são as denominações, conceitos, bem como a extensão. A PNAD contínua foi implantada pelo IBGE com o objetivo de substituir a PME e a PNAD<sup>8</sup>, potencializando assim o resultado produzido anteriormente por ambas, adicionando, em relação à primeira, a cobertura do território nacional tendo em vista que a PME era restrita a seis regiões metropolitanas e, em relação à segunda, a disponibilização de informações sobre trabalho com periodicidade maior de divulgação que permitirá maior análise conjuntural do tema, isto é, a PNAD trazia apenas divulgações anuais.

---

<sup>5</sup> Apesar do Censo ter também outras áreas de análise, se tratando de uma pesquisa bem abrangente, os dados levantados sobre o mercado de trabalho são muito relevantes, contudo o Censo será apenas citado nesse trabalho não entrando no mérito de seus métodos e conceitos.

<sup>6</sup> Encerrada em fevereiro de 2016 produzia indicadores mensais sobre a força de trabalho.

<sup>7</sup> O DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, é uma criação do movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955 para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores.

<sup>8</sup> No que se refere ao tema trabalho, o IBGE produz informações mensais, por meio da PME, que é realizada em seis Regiões Metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), e anuais, com a PNAD, realizada em todo o território nacional (IBGE, 2014).

A PNAD contínua produz indicadores mensais e trimestrais das variações da força de trabalho, bem como outros indicadores para o desenvolvimento socioeconômico. De acordo com o IBGE (2014), a pesquisa é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, extraída de uma amostra mestra de setores censitários, de forma a garantir a representatividade dos resultados para os diversos níveis geográficos definidos: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas que incluem os municípios das capitais.

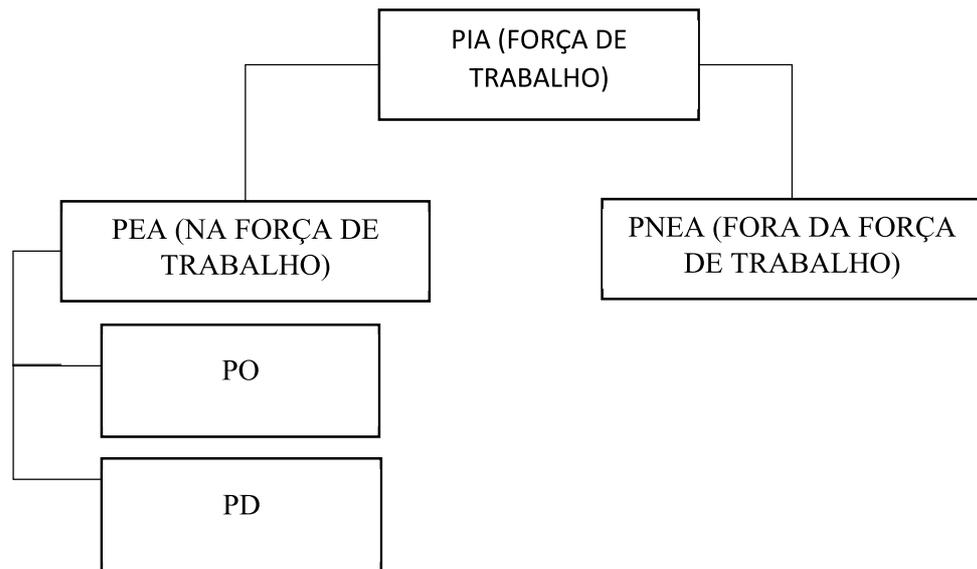
Os indicadores produzidos pela PNAD contínua para o mercado de trabalho são: pessoas em idade de trabalhar; força de trabalho na semana de referência; condição de ocupação na semana de referência; posição na ocupação do trabalho principal; categoria do emprego do trabalho principal; taxa de participação na força de trabalho; nível da ocupação; nível da desocupação e taxa de desocupação.

Em termos de conceito o IBGE considera, para todas as suas pesquisas relacionadas ao mercado de trabalho, trabalho como produção de bens e serviços para consumo próprio e/ou de terceiros podendo ser trabalho remunerado (em dinheiro, produtos, mercadorias etc...) na produção, trabalho sem remuneração direta ( auxílio a negócios familiares por exemplo), trabalho para produção de bens de subsistência familiar, trabalho voluntário, trabalho não remunerado para cuidados de pessoas e trabalho em afazeres domésticos. O trabalho remunerado na produção e o trabalho sem remuneração direta são os dois tipos de trabalho considerados geradores de renda para o domicílio e, para o IBGE, adotados para definição de força de trabalho.

Os outros conceitos adotados pelo IBGE levam em consideração a situação do indivíduo no mercado de trabalho. As pessoas em idade de trabalhar são definidas como aquelas com 14 anos ou mais de idade na semana de referência da pesquisa, formando assim a população em idade ativa (PIA). A condição de ocupação é a classificação dada a pessoa em idade de trabalhar, podendo ser englobada dentro da denominação na Força de Trabalho como pessoa ocupada ou desocupada, como também pode ser considerada fora da Força de Trabalho, logo a condição de ocupação corresponde a população em idade ativa (PEA). Pessoa ocupada é denominada como quem trabalhou pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado (em dinheiro, produtos, mercadorias, etc..), em trabalho sem remuneração direta ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (IBGE,2014). Pessoas desocupadas são aquelas que buscaram emprego no período de trinta dias de referência e que estavam dispostas a trabalhar na semana de referência, de mesmo modo também são consideradas desocupadas aquelas sem trabalho na semana de referência que

não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho, porém iriam começar apenas após a semana de referência.

**Figura 1– Estados da Força de Trabalho**



Os seguintes indicadores levantados são a Taxa de Participação que corresponde ao percentual de pessoas dentro da Força de Trabalho em relação ao total de pessoas em idade de trabalhar na semana de referência (PEA/PIA), o Nível de Ocupação traz o percentual de ocupados em relação às pessoas em idade de trabalhar (PO/PIA), a Taxa de Ocupação mostra o percentual de ocupados em relação aos que estão na Força de Trabalho (PO/PEA), a Taxa de Desocupação ou comumente chamada de Taxa de Desemprego revela o percentual de desocupados em relação aos que estão na Força de Trabalho (PD/PEA), o Nível de Desocupação mede o percentual dos desocupados em relação às pessoas em idade de trabalhar.

Temos também a Posição por Ocupação que define quatro tipos de categorias. Os empregados<sup>9</sup> como aqueles que trabalham para um empregador comprometendo-se em cumprir

<sup>9</sup> A categoria dos empregados foi desagregada nos seguintes subgrupos: Trabalhador doméstico - pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares; Militar do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar - pessoa que era militar do Exército, Marinha de Guerra ou Aeronáutica, inclusive a que prestava o serviço militar obrigatório, ou da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar; Empregado do setor privado - pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica) do setor privado, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro,

uma jornada determinada e recebendo em troca uma remuneração, o trabalhador Conta Própria ou Autônomo como aquele que vive de seu próprio empreendimento sem ter algum empregado, o Empregador que se difere do Conta Própria por possuir pelo menos um empregado e o Trabalhador Auxiliar Familiar que exerce função sem receber algum tipo de rendimento. Por fim há a categoria de emprego que é subdividida em trabalhador com carteira assinada, os militares e funcionários públicos estatutários e os trabalhadores sem carteira assinada.

O IBGE usa como conceitos para períodos de referência da seguinte maneira:

A **semana de entrevista** corresponde a semana de domingo a sábado, destinada à realização das entrevistas nas unidades domiciliares; **semana de referência** como a semana de domingo a sábado que antecede a semana de entrevista, período utilizado na captação de pessoas ocupadas, dias e horas trabalhados efetivamente, dedicação à atividade de produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso e dedicação à atividade de cuidado de pessoas; **último dia da semana de referência** é a data que finaliza a semana de referência, utilizada para calcular a idade das pessoas, o tempo de permanência no trabalho das pessoas ocupadas e o tempo de procura de trabalho para as não ocupadas; **período de referência de 30 dias** é o período de 30 dias que finaliza no último dia da semana de referência, período utilizado na captação da procura efetiva de trabalho; **período de referência de 30 dias** contados a partir do 1º dia da semana de referência esse período é utilizado na captação da disponibilidade das pessoas ocupadas para iniciar um trabalho adicional ou trocar de trabalho; **mês de referência** é o mês anterior ao que contém a semana de referência período utilizado na captação dos rendimentos de trabalho efetivamente recebidos, além dos outros rendimentos tais como: pensão alimentícia, seguro desemprego etc. (IBGE, 2014)

A Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pelo DIEESE difere em termos conceituais com a PNAD contínua. Na identificação da situação do trabalhador entre ocupado ou desempregado a PED considera dois tipos de trabalho. O primeiro é o trabalho regular compreendendo o trabalhador assalariado, o empregador, o emprego doméstico mensalista e a auto-ocupação com garantia de rendimentos estáveis. O segundo tipo de trabalho corresponde ao irregular ou ocasional, que abrange a auto-ocupação com rendimento instável<sup>10</sup> e o indivíduo que auxilia em negócios familiares sem receber remuneração.

---

mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.). Nesse subgrupo, incluiu-se o sacerdote, o ministro de igreja, o pastor, o rabino, o frade, a freira e outros clérigos; Empregado do setor público (inclusive empresas de economia mista) - pessoa que trabalhava para o governo, em qualquer esfera: federal, estadual ou municipal, que abrange, além das entidades da administração direta, as fundações, as autarquias, as empresas públicas e as empresas de economia mista. Nesse subgrupo, incluiu-se a pessoa que exercia mandato eletivo como vereador, deputado, prefeito etc.; Conta própria - pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar; Empregador - pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado; Trabalhador familiar auxiliar - pessoa que trabalhava sem receber pagamento, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era conta própria, empregador ou empregado.(IBGE, 2014)

<sup>10</sup> Aqueles nos quais o indivíduo não tem nenhuma “garantia” ou “previsibilidade” de que terá trabalho quando terminar o que está realizando, ou aqueles em que os ganhos provenientes de vendas de bens e serviços são avulsos e variáveis. A pessoa que exerce este tipo de trabalho tem dificuldade em precisar a sua frequência, mas o realiza sempre que aparece, uma vez que seu tempo está comprometido com o exercício de trabalho. (DIEESE)

A PED traz o conceito de desempregado como o indivíduo na situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança (DIEESE, 2016). Os desempregados são divididos em três grupos, o primeiro é o desemprego aberto correspondendo aquelas pessoas que nos últimos trinta dias procuraram de forma efetiva emprego e não desempenharam nenhum tipo de atividade remunerada nos últimos sete dias referente à pesquisa, o segundo grupo é o desemprego oculto pelo trabalho precário que compreende aqueles que exerceram algum trabalho ocasional de auto-ocupação ou auxiliaram, de forma não remunerada, negócios familiares e que buscaram trocar de trabalho, o terceiro grupo é o desemprego por desalento sendo aqueles que buscavam efetivamente trabalho nos últimos doze meses, porém por desestímulo em relação ao mercado de trabalho não tinham e nem buscaram trabalho nos últimos trinta dias referente à pesquisa.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) foi instituído pelo Governo Federal, mediante Lei nº 4923/65, promovendo o registro permanente de admissões e desligamentos de empregados<sup>11</sup> sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), isto é, restrito a emprego formal. Tal registro é informado pelos estabelecimentos mensalmente ao Ministério do Trabalho e Emprego<sup>12</sup> de modo a formar a base do Cadastro Geral. O CAGED traz o resultado da variação líquida entre admissões e desligamentos, ou seja, todo estabelecimento que teve trabalhador contratado, demitido ou transferido com contrato de trabalho regido pela CLT deve fazer a declaração.

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), também de responsabilidade do MTE, tem um foco de informações mais abrangente em relação ao CAGED, que capta apenas declarações referentes aos empregados sob o regime CLT. A RAIS recebe informações também sobre os servidores federais, estaduais e municipais efetivos ou não, trabalhadores avulsos, sem vínculo empregatício, temporários, diretores sindicais, aprendizes, bem como trabalhadores no regime do Estatuto do Trabalhador Rural. Todos os dados obtidos são trabalhados e divulgados de forma setORIZADA para os interessados da sociedade civil e especializados.

O próximo capítulo será focado na interpretação dos dados da oferta, de modo que servirá como link e subsídio para o terceiro capítulo, uma análise pela demanda, abrindo assim discussão, mediante dados concretos, sobre o porquê analisar apenas dados da oferta podem nos levar a interpretações enviesadas.

---

<sup>11</sup> Servidores da administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, efetivos bem como das fundações supervisionadas não são declarados por serem regidos pelo regime jurídico.

<sup>12</sup> A partir de 2016 o Ministério do Trabalho e Emprego passa a se chamar Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)

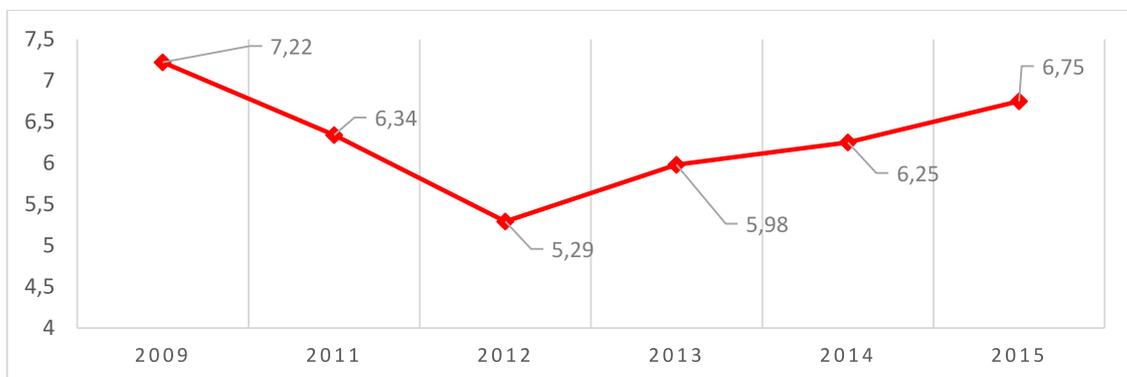
### 3. BREVE PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO NO MARANHÃO DE 2009 A 2015: uma análise pelo lado da oferta

O objetivo desse capítulo é descrever quais são as principais características do mercado de trabalho de São Luís. Para tanto, a escolha na utilização de dados referentes ao Maranhão justifica-se pela grande influência que a capital exerce no agregado dos dados<sup>13</sup> tanto por possuir a maior parte da população ocupada, quanto por ser o município de maior participação em todos os setores analisados, de modo a enviesar os dados ou em um termo mais apropriado possui a capacidade de ditar a tendência do mercado de trabalho do estado. Para uma análise mais adequada vamos partir sempre de um indicador chave e assim seguimos por uma desagregação do mesmo até conseguirmos obter uma visão de todos os elementos que o compõem e exercem influência.

#### 3.1. Ocupação e posição na ocupação

O primeiro indicador será a taxa de desocupação, como exposto no capítulo anterior, que trata sobre as formas de mensuração, a taxa de desocupação é uma razão entre a população desocupada e a população economicamente ativa. Uma análise sem muita profundidade desse indicador pode nos levar a uma leitura enviesada, tal erro consiste em dois fatores chaves: o primeiro seria a identificação do momento onde ocorre a piora do mercado de trabalho; já o segundo está na associação do crescimento da ocupação com uma possível melhora do mercado de trabalho.

**Gráfico 1– Taxa de Desocupação (%) Maranhão 2009-2015**



Fonte: Elaboração própria baseado nos dados do IBGE/ PNAD

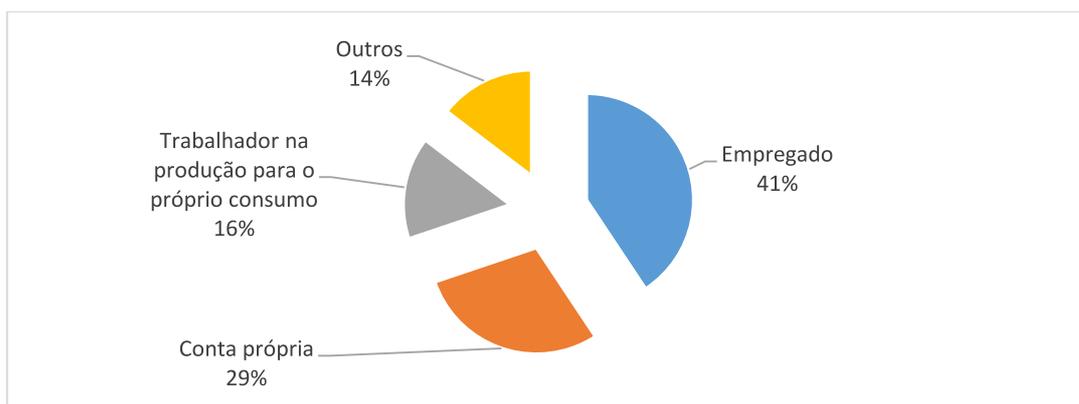
<sup>13</sup> Mais à frente nesse trabalho os dados referentes a representatividade de São Luís serão mostrados

O leitor desprovido de outros dados faria a seguinte leitura, o período entre 2009 e 2012 seria marcado por um bom crescimento da ocupação ocasionado pela queda da taxa de desocupação até o patamar de 5%, o que para alguns especialistas seria até associado ao pleno emprego, caracterizando assim uma grande expansão do emprego e para os mais entusiasmados seria um momento favorável principalmente por causa do crescimento do emprego formal, tal momento só seria interrompido pela mudança drástica na passagem para 2013 que seria o ponto de inflexão do mercado de trabalho assinalando o momento de piora do mercado de trabalho.

O primeiro ponto para analisar de forma correta esse intervalo de tempo da taxa de desocupação seria desagregar a ocupação. De início é preciso logo desvincular a associação natural que é feita do crescimento da ocupação com crescimento de empregados, ou seja, o empregado é apenas uma posição na ocupação que promove influência assim como as demais posições. O IBGE classifica como posições na ocupação: os empregados; o trabalhador doméstico; o empregador; o conta própria; o trabalhador para o próprio consumo; o trabalhador na construção para o próprio uso e o sem remuneração.

Portanto, antes de cravar com certeza a real situação do mercado de trabalho mediante uma simples observação da curva de desocupação, é necessário identificar qual das posições na ocupação tem maior peso na ocupação para o período, assim os gráficos abaixo traduzem essa importante indagação.

**Gráfico 2 - Participação das posições na ocupação (média) Maranhão 2009-2015**



Fonte: Elaboração própria baseado nos dados do IBGE/ PNAD

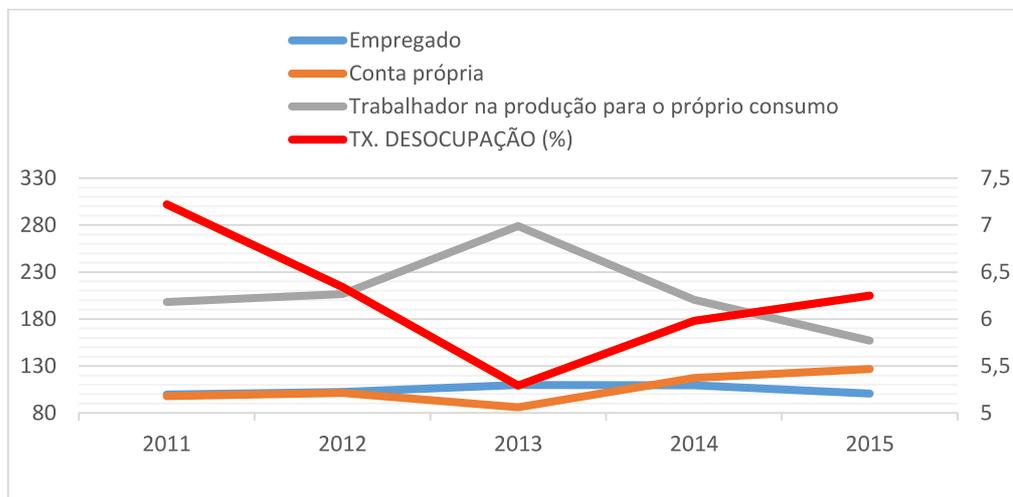
A segunda desagregação a ser feita diz respeito a identificar o peso de cada uma das posições na ocupação, o gráfico acima nos permite compreender quais posições possuem maior capacidade de influência sobre a ocupação, que seriam: os empregados que correspondem a

41% dos ocupados; os conta própria com 29% de participação e os trabalhadores para o próprio consumo com 16% as demais posições juntas somam apenas 14% de participação.

Depois de tratar os dados, já temos três indicativos de posições na ocupação que podem ser as responsáveis pelo crescimento da ocupação, sendo assim é preciso cruzar os dados dessas posições junto a taxa de desocupação para finalmente apontarmos de forma correta quem foi o principal influenciador para o crescimento da ocupação no período em observação, o gráfico 3 nos esclarece essa questão.

Quando calculada a variação enfim consegue-se perceber qual posição teve maior impacto na ocupação, dentre as três de maior participação o trabalhador para o próprio consumo sobressai frente as demais. O distanciamento das duas curvas (gráfico 3) remete a uma relação de proporcionalidade inversa o que é comprovado pelo valor da correlação<sup>14</sup> negativa de -0,73226. De modo que podemos conjecturar que a ocupação no intervalo inicial foi alavancada pelo crescimento do trabalho para o próprio consumo enquanto as demais posições não foram tão influentes com taxas de correlação de -0,37004 e 0,289643 para empregados e conta próprias respectivamente.

**Gráfico 3 - Taxa de Desocupação % (eixo direito) e posições na ocupação (índice 2009 =100) Maranhão 2011-2015**



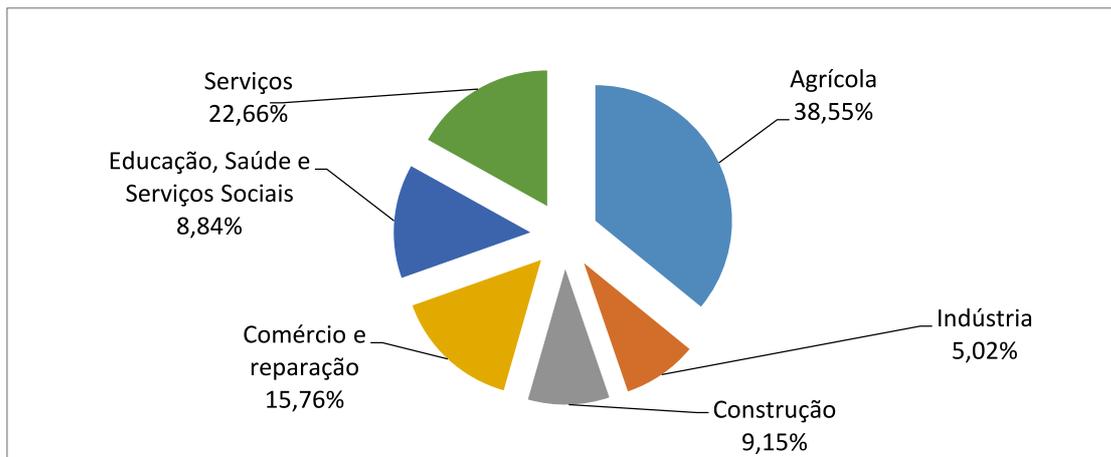
Fonte: Elaboração própria baseado nos dados do IBGE/ PNAD

<sup>14</sup> A correlação é a medida padronizada da relação entre duas variáveis. A correlação nunca pode ser maior do que 1 ou menor do que menos 1. Uma correlação próxima a zero indica que as duas variáveis não estão relacionadas. Uma correlação positiva indica que as duas variáveis movem juntas, e a relação é forte quanto mais a correlação se aproxima de um. Uma correlação negativa indica que as duas variáveis se movem em direções opostas, e que a relação também fica mais forte quanto mais próxima de menos 1 a correlação ficar. Duas variáveis que estão perfeitamente correlacionadas positivamente ( $r=1$ ) movem-se essencialmente em perfeita proporção na mesma direção, enquanto dois conjuntos que estão perfeitamente correlacionados negativamente movem-se em perfeita proporção em direções opostas.

Depois de constatar quem foi o principal responsável para o crescimento da ocupação, retornamos para a análise agregada preliminar do leitor, de modo que os dados apresentados contrapõem a sua conclusão inicial, isto é, o mercado de trabalho não teve uma piora apenas na mudança de direção da curva da taxa de desocupação, mas o período como um todo configura-se como um resultado desfavorável, isso pois a posição na ocupação responsável pela queda da taxa de desocupação é uma forma de trabalho precária qualificada por aquele que vive na subsistência que não gera renda e não tem impulso para a economia.

Dando sequência a nossa proposta de análise o próximo indicador a ser verificado trata sobre os grupamentos de atividades, ou seja, como estão distribuídos os ocupados dentre os setores da economia e de modo análogo ao feito para a taxa de desocupação partiremos de uma conclusão inicial precipitada do indicador para após sua desagregação chegarmos a uma outra leitura dos dados.

**Gráfico 4- Pessoal ocupado por grupamento de atividade Maranhão (Média) Maranhão 2009-2015**



Fonte: Elaboração própria baseado nos dados do IBGE/ PNAD

Uma primeira leitura nos induz a acreditar que o grupamento agrícola seria o principal fomentador de empregos para o estado, tal indução seria provocada pela alta concentração de ocupados no mesmo. Contudo, após uma desagregação a situação pode não ser tão simplória assim, mediante o cruzamento de dados do grupamento agrícola com a posição na ocupação o que se percebe é a alta centralização de ocupados novamente em situação de precarização, ou seja, a grande parte desse pessoal ocupado no grupamento está reunido na posição de Trabalhador para o Próprio Consumo, por Conta Própria, não remunerado ou Doméstico, sendo que os Empregados perfazem apenas 4,71% dos ocupados, conforme mostra a tabela 1.

Essa informação nos traz diversas implicações sobre a precarização do mercado de trabalho maranhense, mais a frente nesse capítulo outros dados serão apresentados que corroboram com essa constatação.

**Tabela 4- Participação Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (Percentual) Maranhão 2009-2015**

	2009	2011	2012	2013	2014	2015	MÉDIA
<b>Total*</b>	34,32	41,6	39,9	39,34	38,63	37,48	38,55
<b>Empregado</b>	5,29	4,35	5,13	4,91	3,92	4,63	4,71
<b>Trabalhador doméstico</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Empregador</b>	0,56	0,33	0,28	0,26	0,12	0,2	0,29
<b>Conta própria</b>	12,57	13,81	11,97	8,91	14,05	15,81	12,85
<b>Trabalhador na construção para o próprio uso</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Trabalhador na produção para o próprio consumo</b>	8,82	16,75	17,23	22,41	15,58	13,02	15,64
<b>Não remunerado</b>	7,09	6,36	5,29	2,84	4,97	3,81	5,06
<b>Sem declaração</b>	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados IBGE/PNAD \* Corresponde a participação dentro do total de grupamentos

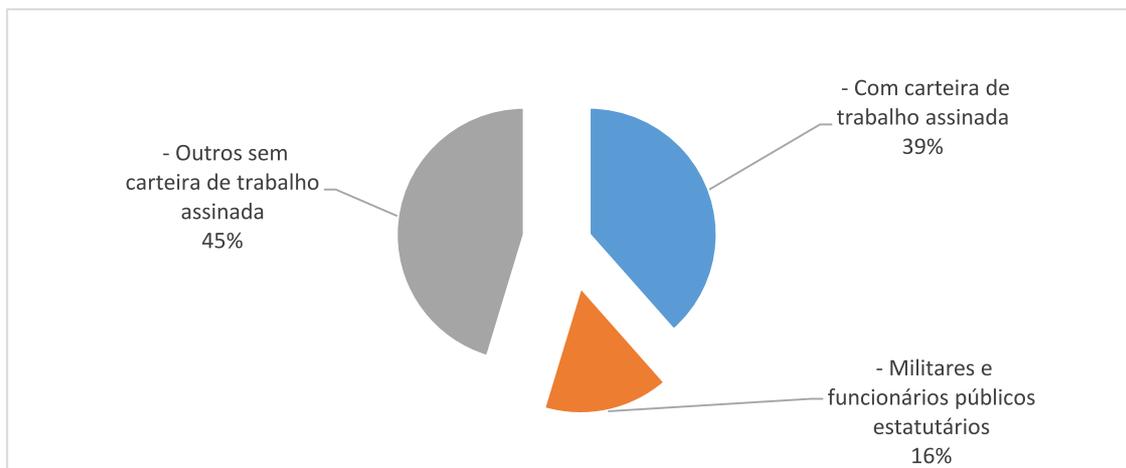
A posição Empregados encontra-se nos demais grupamentos com maior participação. No entanto, mais uma vez é preciso desagregar os dados, pois assim como anteriormente explicitado ainda não podemos associar diretamente esses empregados ao emprego formal, já que da mesma forma como a ocupação possui uma subdivisão denominada posição na ocupação, os empregados também possuem tal divisão que de acordo com o IBGE seria: Trabalhadores com Carteira de Trabalho Assinada; Militares e funcionários públicos estatutários; Outros sem carteira de trabalho assinada.

Assim como apresentado no gráfico 2 do total de ocupados os empregados correspondem a 41%, dessa forma também é preciso identificar quais setores são os maiores receptores desses empregados, visto que já descartamos o grupamento agrícola que apesar de ter maior concentração de ocupados possui uma parcela pequena de empregados. Os setores de Comércio e Reparação e Serviços concentram o maior número de empregados com aproximadamente 8,03% e 11,66%, respectivamente, no entanto ainda é preciso verificar quais tipos de empregados têm maior peso na ocupação.

O gráfico 5 traz a participação média dos tipos de empregados e expõe também o porquê da preocupação anterior em não confundir ocupação com emprego e muito menos emprego formal. Quando se desagrega a posição na ocupação Empregados é possível observar que os trabalhadores informais, representados por Outros sem carteira de trabalho assinada, possuem maior peso na composição algo em torno de 45%, isso implica em dizer que no setor

privado a maior parte da força de trabalho ocupada, que se encontra na situação de empregado, está na informalidade agravando assim o quadro de precarização do mercado de trabalho, bem como explica de certa forma a maior concentração de empregado nos setores de Comércio e Serviços que naturalmente absorvem os trabalhadores de menor qualificação técnica, isto pois os postos de trabalhos para esses setores em sua maioria também exigem baixa qualificação.

**Gráfico 5– Participação Tipos de Empregados (Média 2009-2015)**



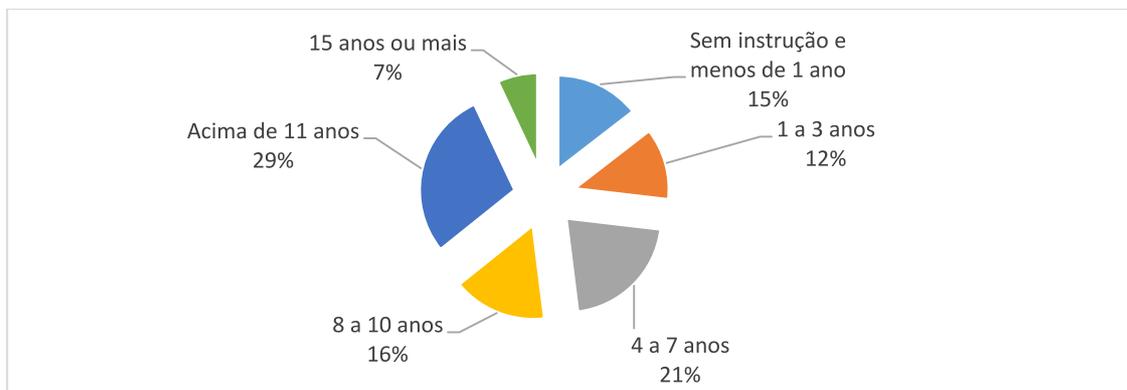
Fonte: Elaboração própria baseado nos dados do IBGE/ PNAD

Uma vez chamada atenção para a capacidade técnica da mão de obra é necessário comprovar se o trabalhador maranhense realmente possui pouca instrução e quais são os tipos de implicações sucedidas dessa constatação. O gráfico 6 mostra os anos de instrução do trabalhador maranhense. O que se apresenta apoia a informação exibida anteriormente que, em sua maioria, o trabalhador maranhense tem uma qualificação baixa com duas faixas de instrução predominantes e uma terceira que também chama atenção, sendo elas: de 4 a 7 anos de instrução para 21% dos trabalhadores; 11 a 14 anos de instrução para 29% e Sem Instrução ou menos de 1 ano para 15%, ou seja, parte significativa da mão de obra não possui o fundamental completo, outra parte não concluiu o ensino médio e uma parcela expressiva não chega a ter nem o fundamental.

De posse desses dados é possível presumir que os postos de trabalho obtidos por essa grande maioria dos trabalhadores são realmente postos que exigem um nível técnico não muito alto e que dificilmente esses trabalhadores alcançarão postos de maior complexidade. Desse modo, duas consequências dessa situação são imediatas a primeira trata sobre a elevada rotatividade da mão de obra, já que o principal motivador desses trabalhadores na escolha do posto seria de ordem monetária, outra implicação ainda sobre a rotatividade se dá pela

desvinculação do empregador com o empregado, visto que se desfazer da mão de obra torna-se mais fácil pois a qualquer momento ele seria capaz de encontrar no mercado alguém para suprir essa vaga.

**Gráfico 6– Anos de Instrução (Média 2009-2015)**



Fonte: Elaboração própria baseado nos dados do IBGE/ PNAD

Enquanto a segunda diz respeito ao nível renda. Os dados referentes ao nível de renda talvez sejam os mais preocupantes e o que mais informam sobre a precarização do mercado trabalho maranhense. Dentre todas as faixas salariais elencadas pelo IBGE o trabalhador maranhense se concentra em três faixas.

**Gráfico 7- Faixa Salarial Maranhão (Média 2009-2015)**



Fonte: Elaboração própria baseado nos dados do IBGE/ PNAD

De modo sucinto essa informação nos remete a dizer que quase 40% dos trabalhadores maranhenses recebem até um salário mínimo, esse dado está diretamente ligado ao nível de instrução do trabalhador, gráfico 6, os postos que exigem baixa qualificação também pagam uma remuneração baixa e, como já discutido acima, acaba por induzir o trabalhador a buscar

sempre os postos de melhores salários priorizando-os em sua escolha de carreira, se é que podemos denominar como carreira. Outra faixa que merece atenção é a dos trabalhadores sem rendimento, que perfazem 36%, ou seja, mais de um terço dos ocupados estão inseridos em alguma atividade que não gera rendimento, além disso no início do capítulo constatamos que esses trabalhadores foram os responsáveis pelo crescimento da ocupação no período de 2009 a 2015.

Outro ponto essencial é fazer um recorte por gênero, de modo a identificar qual a participação da mulher maranhense no mercado de trabalho. Usando a PNAD como referência, um dado chama logo atenção a participação da mulher na população em idade ativa (PIA) — a nossa força de trabalho total ou como alguns especialistas denominam como força de trabalho potencial — é superior a masculina sendo atribuído para cada um algo em torno de 51% e 49% respectivamente. No entanto, quando aplicamos mais um recorte agora analisando a proporcionalidade para a população economicamente ativa (PEA) — a nossa força de trabalho efetiva — essa proporcionalidade se reverte sendo a força de trabalho masculina responsável por aproximadamente 34% enquanto a feminina apenas 23%<sup>15</sup>, contudo mais uma vez as mulheres tomam a frente quando se trata da população não economicamente ativa (PNEA) — aqueles que não estão na força de trabalho, sendo elas responsáveis por algo em torno de 26% e os homens por 14%<sup>16</sup>.

Em resumo, o curto período de crescimento da ocupação no mercado de trabalho no Maranhão, no período de 2009 a 2015, ocorreu devido à expansão dos trabalhadores para o próprio consumo, bem como o intervalo de tempo restante no qual houve crescimento da desocupação foi afetado pela redução da posição na ocupação empregados. O período de tempo investigado é marcado essencialmente pela precarização do mercado de trabalho, precarização essa apontada por todos os dados apresentados, ou seja, desde o grupamento de atividades que exibiu o grupamento agrícola como principal centralizador de ocupados, mas com a participação de empregados muito baixa, bem como os outros setores como Comércio e Serviços que recebem a maior parte desses empregados, contudo ao desagregarmos os empregados percebemos que os informais são os de maior representatividade.

Outros dados expostos que intensificam o cenário de precarização são os de anos de instrução e faixa salarial, no qual grande parte dos trabalhadores estão alocados em fundamental

---

<sup>15</sup> É importante ressaltar que a PEA é uma parte da PIA, logo os valores somados do gênero masculino e feminino não podem chegar a 100%, mas sim ao valor correspondente da PEA em relação a PIA que nesse caso seria de 57%.

<sup>16</sup> De modo análogo aos resultados da PEA, os valores da participação feminina e masculina da PNEA somados só podem alcançar a razão da PNEA sobre a PIA.

incompleto e ensino médio incompleto, refletindo diretamente na remuneração onde quase 40% dos trabalhadores recebem até um salário mínimo e outros 36% estão em alguma atividade sem remuneração. Por fim, temos o corte por gênero que mostrou a mulher como maior representatividade na PIA e PNEA, mas quando se trata da força de trabalho ativa a PEA o homem assume como principal representante.

#### 4. DESACELERAÇÃO, CRIAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE EMPREGOS DE 2009 A 2015: uma análise geral pela demanda de empregos no Maranhão e em particular em São Luís

O capítulo anterior trouxe uma análise voltada a oferta de mão de obra, isto é, uma ótica direcionada para os trabalhadores, no entanto para uma observação mais completa do mercado de trabalho é necessário notar o comportamento da demanda por mão de obra, ou seja, como as empresas agem dentro da dinâmica do mercado de trabalho. Também já foi visto que as empresas atuam e reagem de forma heterogênea, cada uma dentro de suas capacidades produtivas e inseridas nos mais diversos tipos de mercados, desse modo possuem uma absorção de mão de obra bem como uma formação de postos de trabalho diferenciadas entre si, mesmo quando têm características semelhantes (setor, tamanho, idade etc...) não é ideal padronizar sua relação com o mercado de trabalho.

O objetivo desse capítulo é apresentar os resultados das análises feitas ao se estudar a dinâmica de criação e destruição de postos de trabalho das empresas de São Luís –MA, tal proposta também nos permite elevar a discussão acerca do mercado de trabalho ao nível estadual, isso é possível porque São Luís possui uma alta representatividade no mercado de trabalho do estado admitindo assim a capital maranhense como um bom indicador da situação do Maranhão, em média 51% dos empregados no **setor** formal e das empresas declarantes encontram-se na capital no período de 2009 a 2015.

**Tabela 5– Concentração de empregados e empresas no município de São Luís (2009-2015)**

	REPRESENTATIVIDADE DE SÃO LUÍS EM RELAÇÃO AO ESTADO						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Empregados Efetivos	64%	50%	49%	53%	49%	48%	43%
Empresas Declarantes	31%	31%	31%	31%	31%	28%	28%

Fonte: elaboração própria baseado nos microdados RAIS

A proposta de exposição do capítulo inicia com um breve balanço da metodologia na literatura, afim de se levantar parâmetros comparáveis com os dados elaborados para o município, posteriormente segue com a exibição do problema da desaceleração dos empregos formais no Maranhão e finaliza com a apresentação e discussão dos dados de criação, destruição e realocação de postos de trabalho para São Luís e paralelamente Maranhão.

#### 4.1. Um breve balanço na literatura

A mobilidade de trabalhadores e a dinâmica de postos de trabalho são aspectos de extrema importância para o estudo do mercado de trabalho. Principalmente por permitirem uma visão tanto microeconômica quanto macroeconômica. Dessa maneira é possível notar, conforme apontado por Filho; Esteves; Bittencourt (2008), a realocação de recursos de dada economia, ou seja, da flexibilidade e da capacidade de reação a choques e mudanças, sejam elas exógenas ou endógenas. O objetivo dessa seção é levantar alguns fatos estilizados, bem como alguns parâmetros que servirão para auxiliar e direcionar a discussão dos dados da pesquisa, portanto é buscando na literatura do tema que podemos encontrar tais pontos de direção.

Baseado nos apontamentos de Gómez; Salvador; Messina (2003) em “Gross Job Flows in Institutions in Europe”, observa-se que: i) “um grande número de postos de trabalho é criado e destruído em todos os países e em todos os setores, independentemente da fase do ciclo econômico<sup>17</sup>” a intensidade de criação e destruição depende das características de cada país, além disso a heterogeneidade das empresas explicam essas altas taxas de criação e destruição; ii) “as taxas de criação e destruição de empregos são negativamente correlacionadas, mas não de forma perfeita”, isto é, não possuem uma assimetria em suas variações; iii) “a criação de empregos é pró-cíclica, e a destruição contra cíclica”; iv) “a volatilidade das duas taxas podem diferir entre os diversos países”; v) “a taxa de realocação é inversamente relacionada com a intensidade de capital das empresas, de forma que mais empregos são criados e destruídos no setor de serviços do que na indústria”, isso reflete principalmente a característica da alocação de recursos de modo que o setor industrial é mais intensivo em capital, enquanto o de serviços é intensivo em mão de obra tal característica na formação de seus fatores de produção afetam diretamente as taxas vi) “a intensidade da realocação depende de várias características das firmas como idade e tamanho, inversamente relacionadas com a taxa de criação de empregos”; e por fim vii) “a taxa de realocação é um fenômeno persistente”, o que faz com que políticas temporárias de emprego surtam pouco efeito, uma vez que existe uma característica estrutural nos fluxos de trabalho.

Outros fatos levantados que merecem atenção são apontados pelos criadores da teoria Davis; Haltiwanger; Schuh (1996, p. 17) seguindo quatro eixos de observação, sendo eles: a magnitude, as taxas de criação e destruição são grandes; a alta persistência das taxas de criação e destruição, tendo em vista que postos criados ou destruídos não são modificados em um curto

---

<sup>17</sup> O ciclo é caracterizado pela variação do emprego líquido (NEG).

período de tempo<sup>18</sup>; há concentração de variação de taxas em empresas que tiveram grande mudança setorial gerando grandes mudanças no emprego; os ciclos apresentam maior variação nas taxas de destruição, ou seja, em momentos de recessão há mais destruição de postos de trabalho e pequena queda na criação em contrapartida na expansão a taxa de criação não se expande tão rapidamente tendo a taxa de destruição uma queda acentuada.

Antes de fazer o apontamento dos parâmetros para as taxas é preciso explicar que a metodologia de Criação, Destruição e Realocação de postos de trabalho traz a possibilidade de especificar entre empresas entrantes e permanentes, de modo que é possível aferir o impacto de novos negócios bem como da saída de empresas sobre as taxas. Para os resultados do trabalho serão considerados as medidas para as empresas permanentes.

Os trabalhos referentes a metodologia ainda são escassos. Diante dessa situação serão utilizadas como referência as taxas da publicação do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada – IPEA no Livro Criação, Destruição e Realocação de Empregos no Brasil, contudo algumas taxas a nível internacional estarão em anexo no trabalho para servirem de comparação ao caso brasileiro.

**Tabela 6- Taxas de Criação, Destruição e Realocação Brasil 1992-2000**

	J Cp	J Dp	NE Gp	G JRp
<b>1992</b>	7,94	11,2	-3,26	19,14
<b>1993</b>	9,19	8,84	0,35	18,03
<b>1994</b>	9,35	9,4	-0,05	18,75
<b>1995</b>	8,66	11,1	-2,44	19,76
<b>1996</b>	8,57	10,45	-1,88	19,02
<b>1997</b>	8,3	10,58	-2,28	18,88
<b>1998</b>	9,05	9,75	-0,7	18,8
<b>1999</b>	8,32	9,65	-1,33	17,97
<b>2000</b>	9,78	7,91	1,87	17,69
<b>Média</b>	8,80	9,88	-1,08	18,67

Fonte: Criação, Destruição e Realocação de Empregos no Brasil, IPEA

De maneira bem descritiva, as tabelas 6 e 7 mostram as médias anuais, para o período 1992-2000, das taxas de criação (JCp), destruição (JDp), variação líquida (NEGp) e realocação bruta (GJRp) de postos para a economia como um todo e subdivididas entre os setores<sup>19</sup>. Vale mais uma vez ressaltar que o valor referencial que utilizaremos será das empresas permanentes.

<sup>18</sup> Salvo em casos específicos como será visto mais na frente para o caso da Administração pública.

<sup>19</sup> Grandes Setores IBGE.

O padrão verificado é de altas taxas de criação e destruição em geral<sup>20</sup>, ao seguir os resultados agregados para o Brasil. Tais taxas estão acima da média nacional na criação em setores como a construção civil –18,22% – e agricultura – 11,11% –, ainda altas, mas próximas da média nacional, para a indústria de transformação e para o comércio, e mais baixas para os serviços de utilidade pública e, principalmente, para a administração pública. Na destruição temos construção civil, comércio, agricultura e indústria de transformação com valores acima da média.

**Tabela 7- Taxas de Criação, Destruição, Realocação Brasil 1992-2000**

Setores	JCe	J Cp	JC	JDe	J Dp	JD	NEG	GJR
<b>Agricultura</b>	13,29	<b>11,11</b>	24,4	14,07	<b>6,92</b>	20,99	3,41	45,39
<b>Ind. Transformação</b>	6,98	<b>8,97</b>	15,95	11,23	<b>5,67</b>	16,9	-0,95	32,85
<b>SIUP*</b>	4,29	<b>4,09</b>	8,38	8,97	<b>2,89</b>	11,86	-3,48	20,24
<b>Serviços</b>	6,85	<b>9,26</b>	16,11	9,64	<b>4,62</b>	14,26	1,85	30,37
<b>Comércio</b>	12,11	<b>8,76</b>	20,87	10,26	<b>7,8</b>	18,06	2,81	38,93
<b>Construção Civil</b>	11,28	<b>18,22</b>	29,5	24,17	<b>7,65</b>	31,82	-2,32	61,32
<b>Administração Pública</b>	3,16	<b>6,3</b>	9,46	5,8	<b>2,08</b>	7,88	1,58	17,34
<b>MÉDIA</b>	8,28	<b>9,53</b>	17,81	12,02	<b>5,38</b>	17,40	0,41	35,21

Fonte: Criação, Destruição e Realocação de Empregos no Brasil, IPEA \*Serviços de Utilidade Pública

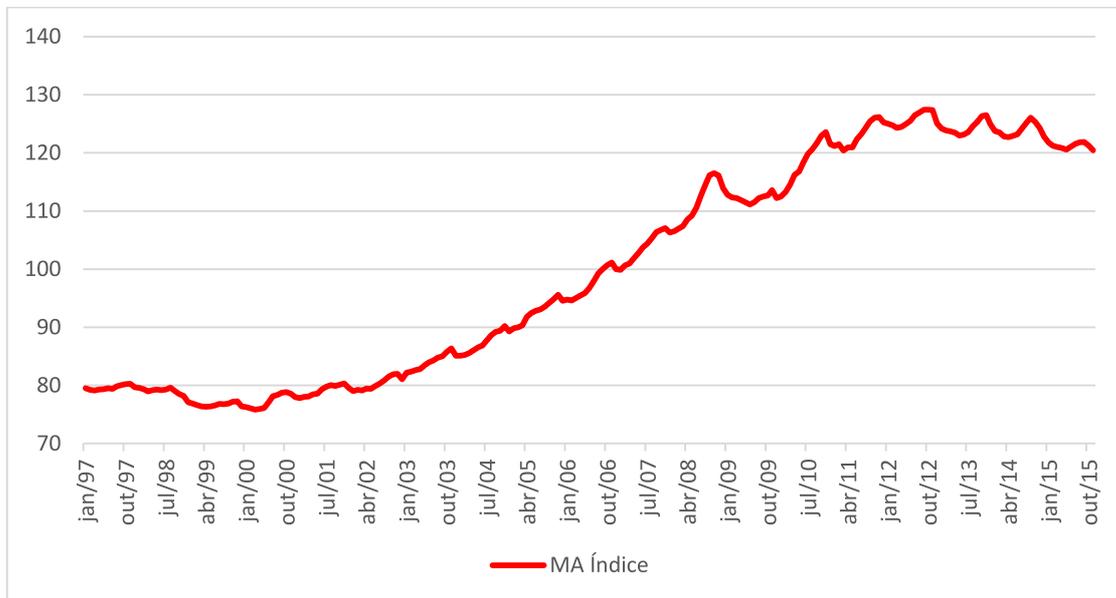
Ao compararmos com os valores internacionais temos que as medidas de criação, destruição e realocação são bem maiores do que as encontradas em outros países. Isso é um indicador de flexibilidade do mercado de trabalho e da realocação de recursos, esses valores remetem de imediato duas interpretações para essa alta flexibilidade: uma que mostra o lado positivo dessa flexibilidade do mercado, ou seja, gera maior eficiência alocativa dos recursos econômicos, o trabalhador passa pouco tempo fora de um posto de trabalho sendo que facilmente ele consegue ser readmitido ainda dentro de sua área específica de trabalho, mas essa interpretação é mais adequada a países onde a mão de obra tem um nível de qualificação mais elevada; outra interpretação indica um menor período de permanência dos trabalhadores no mesmo emprego elevando os custos de treinamento e a contratação de mão-de-obra, uma situação bem diferente da primeira hipótese, que para o caso do Maranhão se torna mais próximo da realidade do mercado de trabalho como já aponta os dados do capítulo 2.

<sup>20</sup> Vide anexo 1 para comparar as taxas internacionais.

## 4.2. Desaceleração na criação de empregos formais no Maranhão

Em um período de 15 anos, 2000 a 2015, o mercado de trabalho maranhense apresenta dois momentos distintos. O primeiro, de 2000 a 2008, corresponde a um período de expansão do nível de estoque de empregos formais com crescimento médio em torno de 8% a.a. Já o segundo momento que se inicia a partir de 2009 caracteriza-se, principalmente, pela quebra desse ritmo onde as taxas de crescimento são reduzidas para algo em torno de 4% a.a. Os últimos quatro anos desse quinquênio<sup>21</sup> mantêm a tendência de enfraquecimento iniciada em 2009 tendo em 2014 a menor variação.

**Gráfico 8- Nível de Empregos Formais MA (1997-2015)**



Fonte: Dados Séries temporais do BACEN/IBGE

No período recente, a partir do ano de 2009, a variação média do estoque de empregos formais cai pela metade, situando-se aproximadamente em 4% a.a. (gráfico 9). Particularmente nos últimos quatro anos, a taxa de variação anual desse estoque despencou, chegando ao ano de 2014 a registrar a menor variação (2,4%) dos últimos quinze anos, o que nos leva a entender, doravante esses indícios, que a partir do período, que se inicia em 2009, há um forte e gradual processo de desaceleração do mercado de trabalho no Maranhão, cuja trajetória mostra-se negativamente inclinada pelo menos até 2014, inaugurando, possivelmente, uma nova dinâmica no mercado de trabalho maranhense, que repercute, não apenas sobre o nível de atividade

<sup>21</sup> Período de quinze anos.

econômica, mas, também sobre o processo de desenvolvimento e das disparidades regionais no tocante à renda.

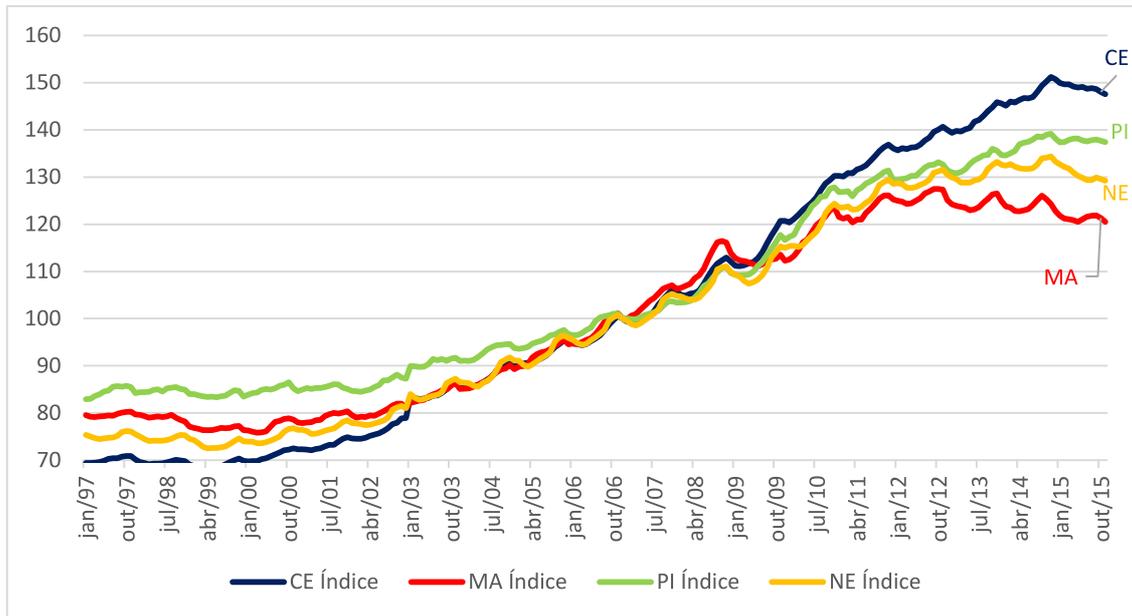
**Gráfico 9- Estoque de Empregos Formais MA (1997-2015)**



Fonte: Dados Séries temporais do BACEN/IBGE

Tal processo de desaceleração, a priori, parece ser específico do Maranhão, a partir de uma comparação com outros Estados da mesma região, como por exemplo o vizinho Piauí (PI) e o Ceará (gráfico 10), o *gap* também permanece refletindo uma tendência ao distanciamento, ou seja, percebe-se que os outros estados da região vêm tendo, desde de 2009, uma dinâmica distinta de criação de empregos formais. Como pode ser percebido no primeiro gráfico, a partir de 2009, o nível de empregos formais no Maranhão começa a desacelerar e abre-se um *gap* importante em relação à média do Nordeste que não encontra equivalência, nos últimos 17 anos, distanciando, portanto, a capacidade de criação de empregos formais desse estado em relação à média regional.

**Gráfico 10- Nível de Empregos Formais MA, NE, CE e PI (1997-2015)**



Fonte: Dados Séries temporais do BACEN/IBGE

A conclusão preliminar é de que há um forte e gradual processo de desaceleração do mercado de trabalho, isso posto tal observação remete a pelo menos três implicações quanto aos argumentos sobre o percurso recente da economia maranhense e, em particular, do mercado de trabalho: a primeira sugere que o Maranhão não apresenta, no período hodierno, um bom desempenho no mercado de trabalho, sob o ponto de vista estrutural, apesar do aclamado nas divulgações<sup>22</sup>, em contrário, feitas pela imprensa e de órgãos de análise técnica. Ademais, muitas dessas conclusões são decorrentes de análises conjunturais de crescimento do estoque mensal de empregos que não consideram a tendência estrutural.

A segunda implicação sugere que a partir de 2009, entramos num ciclo distinto do ritmo da atividade econômica que caracterizou os últimos 10 anos anteriores ao período em referência, e que, portanto, a desaceleração, não seria um fenômeno que se inicia em meados 2014 ou a partir 2015, como apontam algumas análises.

A terceira sugere, ainda, que a hipótese de que o Maranhão atravessaria uma janela de bônus demográfico, na qual se ampliaria a taxa de atividade da população, favorecendo o

<sup>22</sup> A título de exemplo podemos destacar a matéria do Jornal "O Imparcial" de 01/10/2015 cuja manchete traz: **"Maranhão apresenta bom desempenho no mercado de trabalho no mês de agosto, aponta IMESC"** em: [http://www.oimparcial.com.br/ conteudo/2015/10/ultimas\\_noticias/urbano/181164-maranhao-apresenta-bom-desempenho-no-mercado-de-trabalho-no-mes-de-agosto-aponta-imesc.html](http://www.oimparcial.com.br/ conteudo/2015/10/ultimas_noticias/urbano/181164-maranhao-apresenta-bom-desempenho-no-mercado-de-trabalho-no-mes-de-agosto-aponta-imesc.html). Há também matéria publicada no "iMirante" (o principal veículo de comunicação do Estado) em 12/09/2014 que aduz **"Mercado de trabalho formal do Maranhão tem bom desempenho"** em: <http://imirante.com/sao-luis/noticias/2014/09/12/mercado-formal-de-trabalho-do-maranhao-tem-bom-desempenho.shtml>.

crescimento econômico (Holanda e Anchieta, 2013) parece não prosperar em função da abrupta variação no nível de empregos formais a partir de 2009, o que provocaria implicações negativas sobre processo de estruturação do mercado de trabalho no Maranhão e sobre o desenvolvimento regional. Por implicação necessária, as perspectivas de aceleração da atividade econômica a partir de 2010 (Paula e Holanda, 2011), em função da melhoria do ambiente de crédito e dos grandes investimentos, parecem estar equivocadas.

As implicações do processo de desaceleração no mercado de trabalho trazem consequências graves, não apenas para os setores e subsetores da atividade econômica *per si*, mas também para o desenvolvimento regional, ao afetarem, fundamentalmente a capacidade de criação de empregos formais das diversas microrregiões do Estado o que traz efeitos, ainda, sobre o processo de desenvolvimento e sobre as disparidades regionais no tocante à evolução da renda.

Na seção seguinte analisaremos o caso de São Luís, como já explicado na seção anterior por ter grande peso no mercado de trabalho estadual, e focaremos na segunda implicação trazendo dados da pesquisa que apontam para a desaceleração iniciada a partir de 2009.

#### **4.3. Criação e destruição de empregos em São Luís: uma breve análise por setores e tamanhos das empresas**

O objetivo dessa seção é apontar, a partir dos dados elaborados, em que momento realmente houve a desaceleração do mercado de trabalho no Maranhão<sup>23</sup>. Para tanto, responder tal questionamento portando apenas dados referentes a oferta de trabalho mostrou ser uma análise incompleta, porque não reflete a demanda de empregos pelas empresas. Dessa forma a utilização da metodologia de Criação, Destruição e Realocação de postos de trabalho vem para completar essa visão do mercado de trabalho, na medida que são destacadas as características da dinâmica do mercado de trabalho a partir da demanda de empregos pelas empresas.

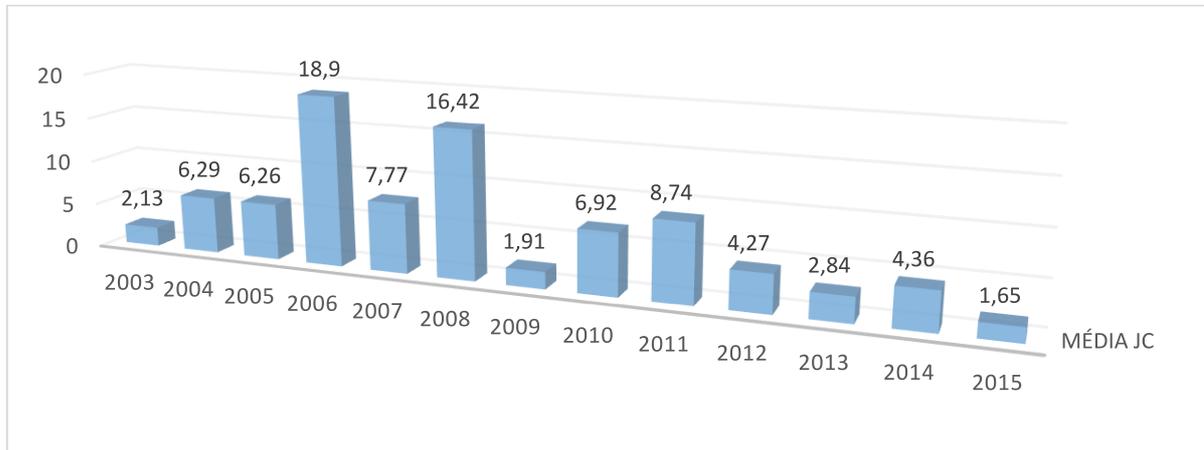
O primeiro passo é fazer um paralelo entre os dois períodos, isto é, comparar as taxas de criação e destruição anteriores e posteriores a 2009, de modo que possa ficar claro a ruptura transparecendo o momento de desaceleração na criação de posto de trabalho. O gráfico 11 traz essa informação, de 2003 a 2008 as taxas de criação para São Luís eram nitidamente mais altas que o período iniciado a partir de 2009, a média da criação 2003-2008 é de 9,62% enquanto de

---

<sup>23</sup> Como já explicado anteriormente utilizando São Luís como estudo de caso.

2009-2015 cai para 4,38%, mesmo com as altas de 2010 e 2011. Constatamos assim que há uma quebra no ritmo de criação de postos de trabalho das empresas no município.

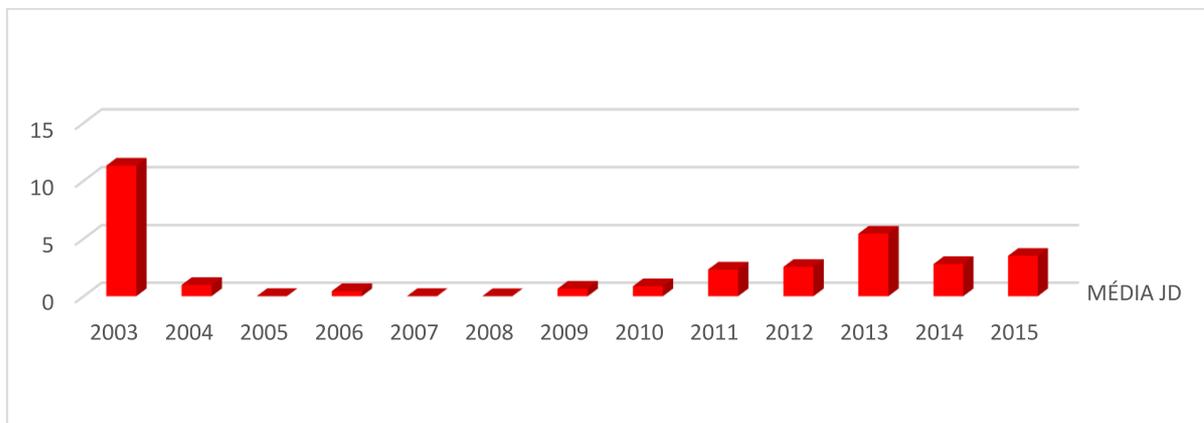
**Gráfico 11- Taxa de criação da economia São Luís (2003- 2015) (%)**



Fonte: elaboração própria baseado nos microdados RAIS

No entanto, observar apenas as taxas de criação não é suficiente. A pesquisa contém ainda uma gama de dados que corroboram com a hipótese da desaceleração do mercado de trabalho no Maranhão a partir de 2009. Dando sequência aos dados o gráfico 12 traz, de maneira análoga à taxa de criação, os dados correspondentes às taxas de destruição ao longo do período de 2003-2015, de forma que fica explícito o crescimento das taxas de destruição a partir de 2009 e as baixas taxas no decorrer de 2004 a 2008.

**Gráfico 12- Taxa de destruição da economia São Luís (2003- 2015) (%)**



Fonte: elaboração própria baseado nos microdados RAIS

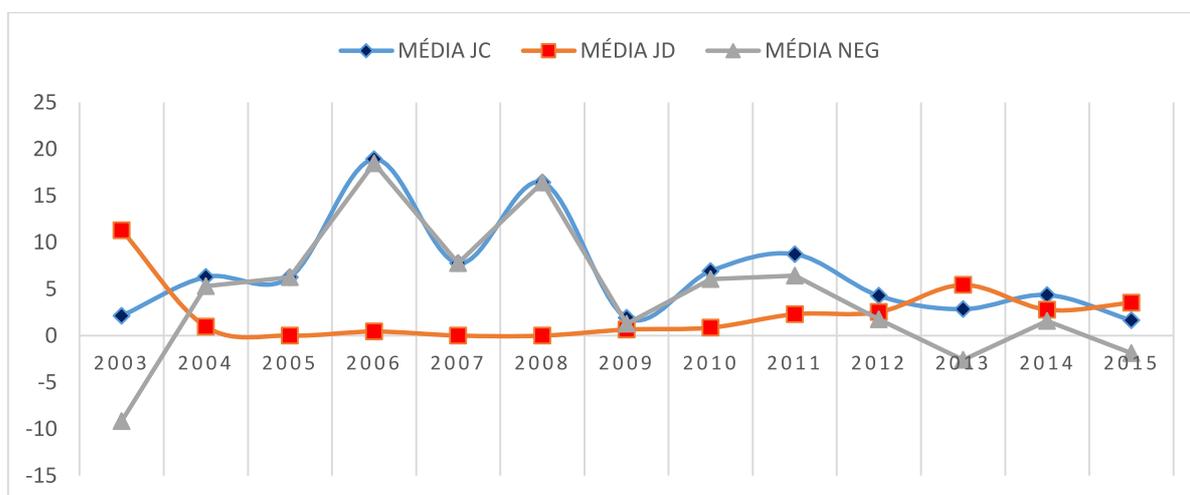
De forma geral, temos diante desses primeiros dados da pesquisa uma constatação. O período de 2003 a 2008 é caracterizado, em comparação com o Brasil e o mundo, por moderadas

taxas de criação e baixas taxas de destruição, quando comparado na linha cronológica é perceptível a quebra do ritmo de crescimento das taxa de criação a partir de 2009 com uma queda de 5,24 pontos percentuais em relação ao período anterior, bem como o crescimento das taxas de destruição. Adiante veremos o reflexo na variação líquida de postos de trabalho (NEG).

Mediante os dados elaborados na pesquisa foi possível identificar o momento de desaceleração do mercado de trabalho, de modo a separarmos a série em dois ciclos o primeiro 2003-2008 e o segundo 2009-2015. A partir de agora vamos desagregar e trazer mais informações. O passo seguinte é responder a seguinte questão tal desaceleração foi provocada essencialmente por uma redução das taxas de criação? ou por um crescimento da destruição de postos de trabalho? Em outras palavras, qual das duas medidas foi responsável pela quebra de ritmo.

Ter conhecimento sobre qual das duas forças obteve maior influência é fundamental para se fazer uma configuração do mercado de trabalho. Qualquer desenho de políticas públicas que pretenda promover o enfrentamento de tal enfraquecimento deve ter uma direção certa caso contrário será uma medida insuficiente, ou seja, políticas públicas devem ser diferenciadas quando se trata de uma redução da taxa de criação ou crescimento da taxa de destruição, de modo simples o que foi dito acima remete a dizer que a taxa de desocupação — ou desemprego— dependendo do que a provoque exige políticas públicas distintas. O gráfico 13 traz a comparação entre as duas taxas.

**Gráfico 13- Taxa de criação (JC), destruição (JD) e variação líquida (NEG) São Luís (2003- 2015) (%)**



Fonte: elaboração própria baseado nos microdados RAIS

O período anterior a 2009, primeiro ciclo, prevalece a expansão da criação de modo que há influência direta sobre a direção e o saldo da variação líquida de postos de trabalho, conforme mostra o gráfico 13 as duas curvas basicamente estão unidas e apresentam uma correlação positiva de 0,92. Em contrapartida, no período posterior, a partir do enfraquecimento do ritmo das taxas de criação, a correlação entre JC e NEG reduz para o patamar de 0,89 indicando uma menor influência de JC em NEG (observada pelo distanciamento das duas curvas). No entanto, ainda é notável que o grande responsável pela queda do saldo líquido de postos no segundo ciclo (2009-2015) é a redução das taxas de criação em detrimento à destruição, isto é, o emprego líquido cai não porque as empresas no município estão destruindo mais postos, mas principalmente porque perderam em capacidade de gerar novos postos.

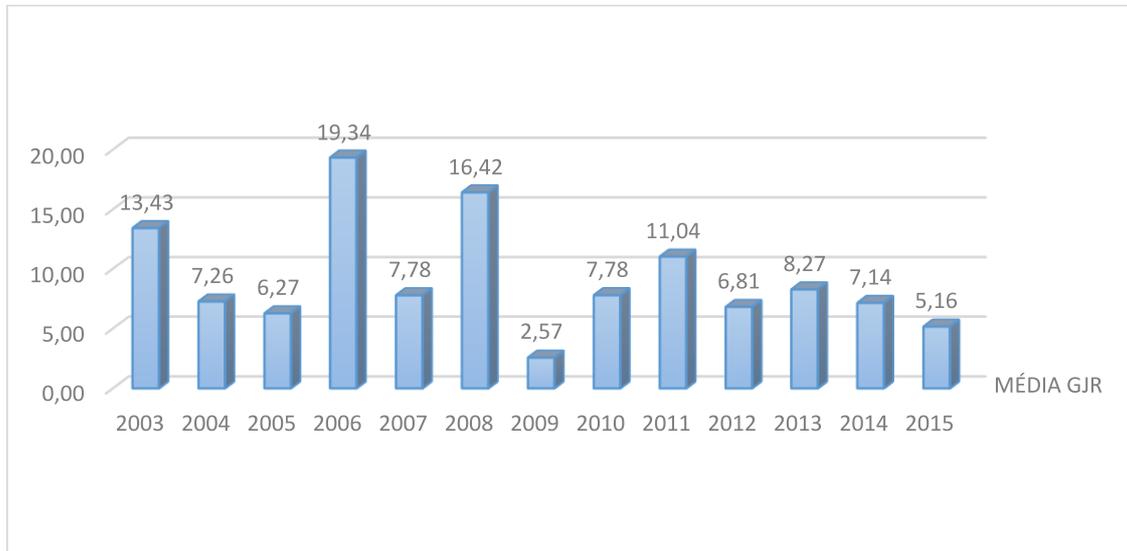
Para comprovar essa hipótese é preciso consultar a Gross Job Reallocation (GJR) ou simplesmente taxa de realocação bruta. A taxa de realocação bruta é um excelente “termômetro” do mercado de trabalho, os seus valores indicam se há algum tipo de perturbação na criação e destruição de postos de trabalho. Por definição ela mede a rotatividade de postos de trabalho em um determinado período, em outras palavras ela indica a dinâmica de criação e destruição daquele período em análise assim como traz consigo importantes indicativos da estrutura do mercado de trabalho, taxas elevadas de realocação sugerem grande mobilidade postos de trabalho.

As altas taxas de realocação bruta sugerem que o comportamento da criação e da destruição não é simétrico, como dito acima sugere uma perturbação no mercado de trabalho. Pode ser o caso que a expansão líquida do emprego seja resultado do aumento da criação de emprego, sem redução da destruição; ou da redução da destruição de postos de trabalho, sem aumento da criação; ou ainda de um aumento conjunto da criação e da destruição, sendo o primeiro, é claro, mais forte. Principalmente no caso de movimentos conjuntos, períodos de expansão serão momentos de grande volatilidade do emprego – alta realocação de postos de trabalho – e, paradoxalmente, períodos de maiores custos de ajustamento na economia. Contudo, o que observamos pra São Luís para o segundo ciclo são taxas baixas o que implica dizer que as duas forças (criação e destruição) atingiram de maneira pouco significativa, principalmente a taxa de criação que era a responsável pelo ciclo de expansão (2003-2008), ou seja, a hipótese de enfraquecimento da geração de postos de trabalho pelas empresas de São Luís no segundo ciclo é sustentada pelas baixas taxas de realocação bruta.

Para São Luís a média de realocação bruta no primeiro ciclo é de 11,75%, enquanto para o segundo ciclo esse valor cai para 6,97% dessa maneira o indicador quer mostrar que

22.868<sup>19</sup> postos de trabalho foram criados ou destruídos no município sugerindo assim uma baixa criação de novos postos, o gráfico 11 traz as taxas de realocação de toda a série.

**Gráfico 14– Taxas de Realocação Bruta São Luís (GJR)– MA (2003-2015) (%)**



Fonte: elaboração própria baseado nos microdados RAIS

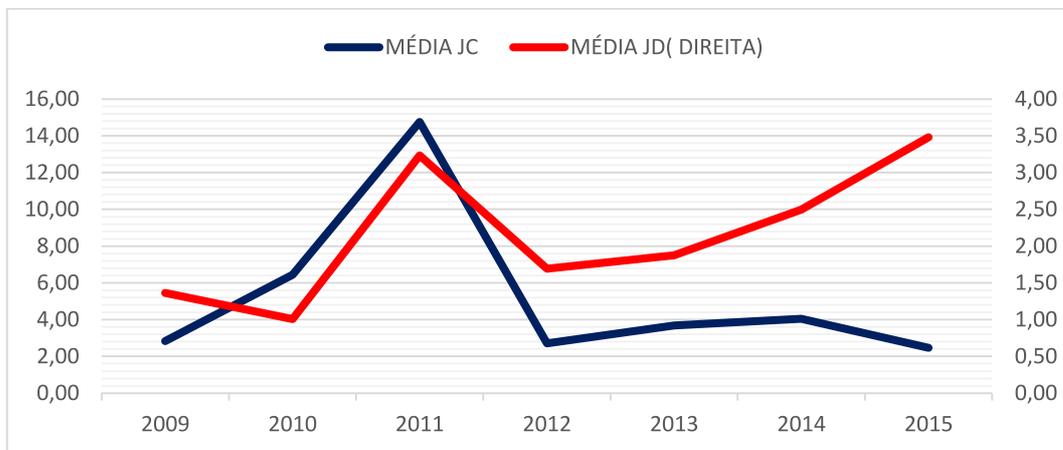
A partir desse momento o foco será o segundo ciclo, todas as desagregações serão feitas para esse período, dessa forma os fatos estilizados também serão direcionados para esse intervalo dentro da série temporal.

Até aqui verificamos o momento de desaceleração do mercado de trabalho e utilizamos as medidas de criação, destruição e realocação não só para comprovar essa mudança de ciclo, mas para apontar qual das duas forças obteve maior influência. No entanto, sempre foram apresentados valores para a economia como um todo sem levar em consideração o peso dos setores sobre o resultado, sabe-se que o setor público é um grande agente de forma a exercer grande participação sobre o nível de atividade assim como no mercado trabalho. O peso do setor público na criação é de 27%, ou seja, a cada 100 postos criados no período 27 eram advindos da administração pública. A partir dessa constatação surge uma questão: as medidas e tendências apresentadas até aqui se mantêm se retiramos o setor público da análise? Ou por outro ponto de vista os resultados são os mesmos para o setor privado? Essas são questões que serão respondidas agora.

O gráfico 15 mostra como fica a relação das medidas de criação e destruição para o setor privado e rapidamente responde a questão. Com a saída do setor público a resposta da desaceleração do mercado de trabalho a partir da baixa criação de postos por parte das empresas se torna parcial, ou seja, até meados de 2011 essa era a principal característica do mercado, no

entanto a passagem para 2012 há uma inversão, de modo que a desaceleração passa a ser explicada pela destruição de postos de trabalho. As duas implicações desse cenário são: o setor público funciona como um “grande freio” do processo de desaceleração do mercado de trabalho, a partir de 2009, amenizando as taxas de destruição, de forma que ele compensa através de elevadas taxas de criação; o setor privado é responsável, em parte, pela mudança do ciclo mediante a destruição de postos de trabalho.

**Gráfico 15– Taxas de Criação e Destruição sem o Setor Público São Luís – MA (2009-2015) (%)**

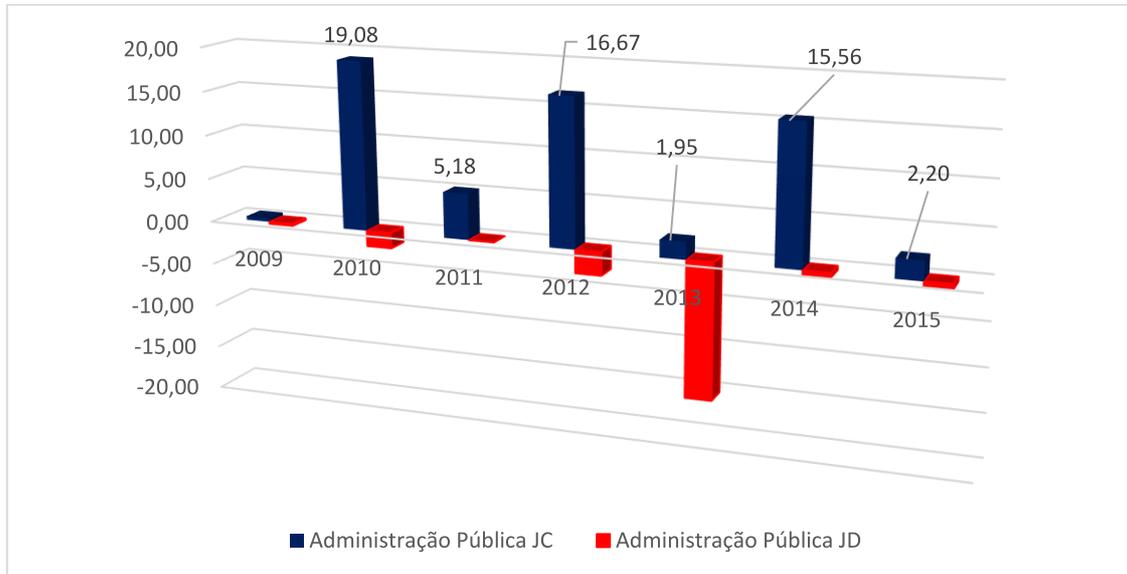


Fonte: elaboração própria baseado nos microdados RAIS

Diante desse cenário o Setor Público merece uma abordagem individual. A administração pública acaba servindo como um equilíbrio do mercado de trabalho. Em alguns períodos, por causa de suas elevadas taxas de criação, o setor mascara a situação do mercado. Os principais responsáveis por essas elevadas taxas de criação, e em alguns momento por grandes taxas de destruição, são a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde<sup>24</sup>, para atender as demandas de programas sociais as devidas pastas têm periódicas seleções públicas e autorização orçamentária para contratos temporários que criam e destroem inúmeros postos de trabalho o que afeta diretamente as taxas, conforme o gráfico 16 expõe, outro ponto importante é que essa característica da administração pública se sustenta a nível estadual.

<sup>24</sup> Por sigilo dos dados não serão divulgados os valores brutos.

**Gráfico 16 – Taxas de Criação e Destruição do Setor Público São Luís – MA (2009-2015) (%)**



Fonte: elaboração própria baseado nos microdados RAIS

Depois de dar devida atenção ao setor público o próximo passo é descobrir no setor privado quais os setores têm maior influência na dinâmica do mercado de trabalho, em especial quais desses setores são responsáveis pelo período caracterizado pela destruição de postos conforme já identificado. A tabela 8 traz os grandes setores IBGE, obviamente excluindo a administração pública, com destaque para três setores. Em termos de criação temos o setor de Serviços como maior criador de postos de trabalho com uma média de criação de 12,58% (JC) e uma variação líquida (NEG) média de 7,56%; em seguida temos o Comércio com uma média de criação de 7,73% e uma variação líquida positiva de 4,45% e como último destaque a Construção Civil com 6,40% e 3,10% de variação líquida.

Quanto à taxa de destruição, a tabela 8 elucida a questão dos setores responsáveis pela destruição de postos no período meados de 2011 a 2015. Ao observar em conjunto as taxas podemos notar a queda sofrida na criação, pelo três setores destacados acima, na passagem para 2012 o que coincide com o gráfico 15, dentre eles a Construção civil foi a principal responsável por destruição de postos de trabalho nos últimos quatro anos com média de destruição para o quadriênio de 5,33% ,ou seja, mais 18.493 postos de trabalho foram destruídos por esse setor no últimos anos do período, em sequência temos Serviços com 4,88% totalizando 16.931 postos destruídos e por fim Comércio com 3,73% e 12.941 postos destruídos.

Tabela 8- Taxas de Criação e Destruição por setores 2009-2015

GRANDES SETORES IBGE	JC						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Extrativa Mineral	-	-	-	0,27	0,34	0,06	0,02
Indústria de Transformação	0,66	0,73	2,30	0,46	0,89	1,29	0,79
SIUP	-	-	2,17	0,16	0,03	0,06	0,05
Construção Civil	1,17	5,02	23,74	3,82	2,68	6,17	2,23
Comércio	4,82	7,51	17,36	3,73	10,53	6,83	3,35
Serviços	4,66	18,92	28,19	10,46	7,64	9,83	8,40
Agropecuária, Extração Vegetal...	-	0,0059	-	0,0037	-	-	-

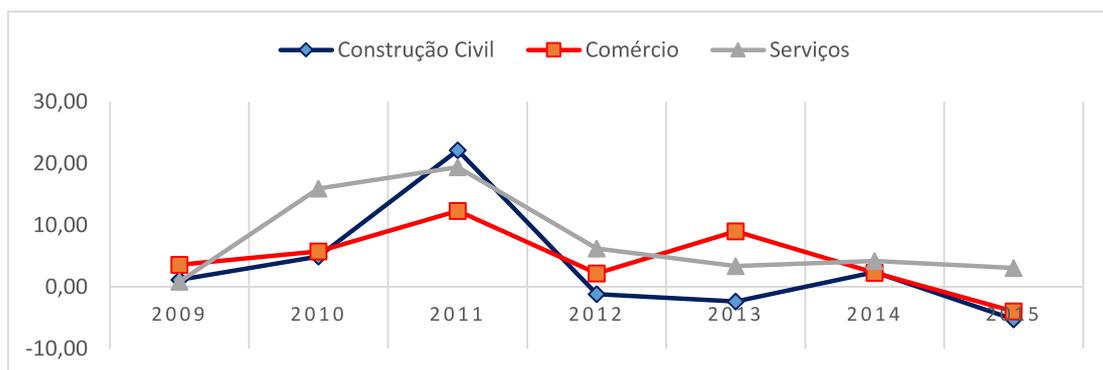
  

GRANDES SETORES IBGE	JD						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Extrativa Mineral	-	-	-	0,07	0,05	0,34	0,04
Indústria de Transformação	0,37	0,15	0,66	0,53	0,34	0,65	0,68
SIUP	-	-	-	0,40	-0,03	0,05	0,04
Construção Civil	0,04	0,12	1,63	5,00	5,07	3,77	7,49
Comércio	1,23	1,75	5,07	1,58	1,52	4,53	7,30
Serviços	3,82	3,01	8,79	4,27	4,29	5,65	5,32
Agropecuária, Extração Vegetal...	-	0,01	-	-	-	-	-

Fonte: elaboração própria baseado nos microdados RAIS

Como se viu no primeiro capítulo, uma variação de emprego líquida (NEG) é o resultado de duas forças opostas, a criação e a destruição de postos de trabalho. É natural crer que a expansão do emprego líquido seja resultado de um movimento simultâneo de expansão da criação e da redução da destruição, entretanto a expansão líquida pode ter outras características, com comportamento assimétrico ao longo do ciclo econômico da criação e da destruição de emprego. O gráfico 16 traz justamente essa relação, separando os três principais setores privados (Serviços, Comércio e Construção Civil) temos que o período é marcado por uma expansão positiva do emprego líquido, no entanto a taxa de criação de postos de trabalho é sempre menor que a taxa de destruição de postos de trabalho, predominando assim no decorrer da série uma maior variação da destruição em relação a criação de postos.

Gráfico 17– Taxas de Variação Líquida (NEG) São Luís – MA (2009-2015) (%)



Fonte: elaboração própria baseado nos microdados RAIS

Já temos a resposta sobre quais setores— Serviços, Comércio e Construção Civil — foram os responsáveis pela inversão da predominância das medidas (criação e destruição) no segundo ciclo, agora vamos investigar mais a fundo e descobrir quais os subsetores atuaram para esse resultado. Excluindo a Construção Civil da análise por não ter subsetor, a tabela 9 traz os subsetores para Comércio e Serviços. O comércio varejista atua como ponto positivo e apesar da alta taxa de realocação bruta, se comparado com os demais subsetores, o que indica grande criação e destruição de postos, tem uma variação líquida de 4,88% bem acima da média dos subsetores, em seguida aparece Alojamentos e Comunicação com uma alta taxa de realocação e saldo líquido positivo de postos para o município com 4,26% e 2,53% respectivamente.

Os demais subsetores encontram-se abaixo da média da NEG, com destaque para Administração técnica profissional que apesar de apresentar uma taxa de realocação bruta acima da média (5,50%), sendo o segundo subsetor de maior taxa, tem uma NEG baixa sugerindo uma alta rotatividade do trabalhador nesse ramo. Aliada a esses subsetores temos a Construção Civil como os mais influentes no setor privado de São Luís.

**Tabela 9- Taxas de Criação, Destruição, Realocação Bruta e Variação Líquida 2009-2015 São Luís**

SUBSETORES	2009-2015 VALORES MÉDIOS (%)			
	JC	JD	NEG	GJR
<b>16-Comércio Varejista</b>	6,28	2,87	4,88	9,15
<b>17-Comércio Atacadista</b>	1,45	0,42	1,41	1,86
<b>18-Instituição Financeira</b>	0,76	0,20	0,58	0,96
<b>19-Adm Técnica Profissional</b>	3,19	2,32	0,95	5,50
<b>20-Transporte e Comunicações</b>	1,29	0,35	0,89	1,64
<b>21-Aloj Comunic.</b>	3,28	0,98	2,23	4,26
<b>22-Médicos Odontológicos Vet.</b>	2,27	0,68	1,52	2,95
<b>23-Ensino</b>	1,80	0,51	1,44	2,31
<b>MÉDIA</b>	2,54	1,04	1,74	3,58

Fonte: elaboração própria baseado nos microdados RAIS

Depois de observarmos os subsetores temos como última desagregação o tamanho dos estabelecimentos. Tal desagregação traz consigo a comprovação de alguns apontamentos feitos anteriormente. A tabela 10 mostra as medidas agregadas de criação, destruição e realocação para o período de 2012-2015 na economia como um todo, ou seja, com a presença do setor público. Na maior parte das subdivisões temos a predominância da destruição com exceção da faixa de 1000 empregados ou mais que possui uma alta taxa de criação e variação líquida de

postos de trabalho, de modo que é evidente o efeito do Setor Público, principalmente por essa taxa de criação substancial se concentrar na maior faixa de empregados.

**Tabela 10- Taxas de Criação, Destruição, Realocação Bruta e Variação Líquida 2012-2015 São Luís**

	JC	JD	NEG	GJR
<b>DE 5 a 9 empregados</b>	0,36	0,08	0,28	0,43
<b>DE 10 a 19 empregados</b>	0,38	0,18	0,20	0,56
<b>DE 20 a 49 empregados</b>	0,27	0,37	-0,10	0,65
<b>DE 50 a 99 empregados</b>	0,38	0,84	-0,46	1,22
<b>DE 100 a 249 empregados</b>	0,48	1,41	-0,94	1,89
<b>DE 250 a 499 empregados</b>	0,58	0,84	-0,25	1,42
<b>DE 500 a 999 empregados</b>	0,88	0,42	0,46	1,30
<b>DE 1000 ou mais empregados</b>	15,25	6,67	8,58	21,92

Fonte: elaboração própria baseado nos microdados RAIS

Mas para não ficarmos apenas na suposição a tabela 11 traz, de maneira análoga a anterior, uma comparação entre as faixas de tamanho de estabelecimentos sem a presença do setor público e o resultado comprova o efeito amenizador das taxas de destruição exercido por tal setor. A taxa de criação para a faixa de mais de 1000 empregados cai para apenas 2,11% uma queda de treze pontos percentuais, enquanto a destruição cai pouco mais de dois pontos percentuais tendo o mercado de trabalho, quando analisando apenas o setor privado, uma variação negativa de postos de trabalho assim como aponta a tendência. O setor privado é o grande destruidor de postos de trabalho.

Outro ponto interessante que essa desagregação traz é que as empresas que possuem de 5 a 19 empregados mantiveram uma tendência de criação de postos de trabalho, tal volume de empregados corresponde as micro e pequenas empresas, no entanto elas não tiveram impacto suficiente para ditar a dinâmica do mercado de trabalho.

**Tabela 11- Taxas de Criação, Destruição, Realocação Bruta e Variação Líquida 2012-2015 São Luís Sem Setor Público (%).**

	<b>JC</b>	<b>JD</b>	<b>NEG</b>	<b>GJR</b>
<b>DE 5 a 9 empregados</b>	0,49	0,12	0,37	0,61
<b>DE 10 a 19 empregados</b>	0,52	0,28	0,24	0,80
<b>DE 20 a 49 empregados</b>	0,34	0,58	-0,24	0,93
<b>DE 50 a 99 empregados</b>	0,53	1,34	-0,80	1,87
<b>DE 100 a 249 empregados</b>	0,70	1,18	-0,48	1,88
<b>DE 250 a 499 empregados</b>	0,76	1,26	-0,51	2,02
<b>DE 500 a 999 empregados</b>	0,71	0,80	-0,08	1,51
<b>DE 1000 ou mais empregados</b>	2,11	4,26	-2,15	6,37

Fonte: elaboração própria baseado nos microdados RAIS

Enfim, com os dados apresentados podemos montar o cenário do mercado de trabalho. O período considerado primeiro ciclo (2003-2008) foi constituído por uma tendência de crescimento dos empregos formais fato levantado tanto pelo estoque de empregos formais— quando analisado pela oferta de mão de obra— quanto pelas taxas de criação que representavam em média 9,62%, no entanto a partir de 2009 inicia-se um novo ciclo caracterizado pela queda da taxa de criação (4,38%) e conseqüentemente do emprego formal já que as taxas de destruição também cresceram. A variação líquida de postos (NEG) também comprova esse fato, já que no primeiro ciclo ela tinha uma correspondência direta com a criação e a partir do segundo ciclo sua correlação é reduzida, além disso a NEG reflete o declínio do saldo líquido de empregos formais. Para corroborar com esse cenário os valores baixos da taxa de realocação (GJR) manifestam essa queda da taxa de criação. As empresas de 5 a 19 empregados (micro e pequenas) possuem uma tendência de criação de postos de trabalho, no entanto as com mais de 1000 empregados, com ou sem a presença do setor público, são as que ditam a dinâmica de criação e destruição no mercado de trabalho.

A partir da constatação do enfraquecimento do emprego formal o segundo ciclo encontra na queda da taxa de criação o seu maior obstáculo no mercado de trabalho, contudo isso é verdade quando se analisa todos os setores em conjunto. No decorrer da pesquisa ficou evidente o peso do setor público que periodicamente afeta as taxas de criação e destruição mediante suas atividades, portanto era preciso observar o setor privado também, assim outra realidade do mercado se apresentou e a resposta da queda da taxa de criação não se sustenta durante todo o segundo ciclo, ou seja, em meados da série há uma inversão das medidas sendo agora o crescimento da destruição de postos de trabalho o principal motivo pela queda do emprego formal. Os setores de maior desempenho, tanto na criação quanto na destruição, são Serviços, Construção Civil e Comércio.

Para finalizar essa seção cabe uma discussão sobre quais as medidas tomadas pelo município— e estado— frente a esse processo de desaceleração. De início voltamos a uma das conclusões do capítulo 2 (quando observamos o mercado de trabalho pela oferta) que trata sobre a baixa qualificação dos trabalhadores, de maneira que tal característica tem reflexos no tipo de trabalho exercido, no nível de remuneração assim como outras mais que traduzem também grandes custos sociais. Ao analisar apenas a oferta torna-se, de certa maneira, nítido que a principal frente de enfrentamento seja promover a qualificação da mão de obra, portanto tornando o trabalhador mais “competitivo”. Seguindo essa linha de raciocínio alguns programas foram inseridos a nível estadual para citar como exemplo temos Maranhão Profissional, Jovem Aprendiz, Meu primeiro emprego, aliados a programas nacionais já estabelecidos como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Todos eles voltados ao ensino e qualificação de mão de obra.

No entanto, apesar de louvável e altamente recomendado a existências de tais programas, políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho para se tornarem mais efetivas necessitam ter conhecimento da origem do problema. A pesquisa nos mostra que a baixa qualificação afetando a queda das taxas de criação é apenas um dos motivos e que a própria queda da taxa de criação de postos de trabalho explica apenas parte do problema do mercado de trabalho em São Luís, ou seja, a partir do segundo ciclo a destruição de postos de trabalho pelas empresas é a direção de enfrentamento a ser tomada. Isso se traduz da seguinte forma: de nada adianta apenas qualificar trabalhadores se não há postos de trabalhos suficientes para absorver essa mão de obra.

Em resumo, tais medida podem promover um “movimento pendular” dentro do mercado de trabalho, ou seja, há uma migração temporária dos trabalhadores inseridos na PEA para a PNEA, afetando assim em um espaço de tempo a taxa de desocupação que será reduzida. No entanto, o problema principal não foi combatido— insuficiência de postos de trabalho causados por uma maior destruição— quando o período de qualificação finda há o retorno para o mercado de trabalho (PEA), mas em sua maioria sendo alocado na população desocupada. A contradição brasileira<sup>25</sup> de 2010 a 2014 é o maior exemplo.

---

<sup>25</sup> Para mais informações ver Bicalho (2017).

## 5. CONCLUSÃO

A partir da problematização levantada sobre em qual momento há desaceleração do mercado de trabalho no Maranhão a pesquisa mostrou que a hipótese do mercado de trabalho iniciar o processo de desaceleração a partir de 2009 é verdadeira. Utilizando São Luís como estudo de caso, por causa de sua alta representatividade no mercado de trabalho do estado, notou-se a existência de dois ciclos o primeiro que vai de 2003 a 2008 com uma taxa média de criação de postos de trabalho de 9,62% que cai bruscamente para 4,38% no segundo ciclo (2009-2015), paralelamente as taxas de destruição mantiveram uma tendência de crescimento o que afetou diretamente a variação líquida de postos de trabalho no município que também foi reduzida no segundo ciclo.

A dinâmica do mercado também manifestou uma queda no segundo ciclo, ou seja, a quantidade de postos de trabalhos criados ou destruídos reduziram consideravelmente em comparação com o período anterior. Os baixos valores das taxas de realocação apontaram para os menores impactos das medidas no mercado de trabalho, destacando assim a predominância da quebra de ritmo da criação de postos de trabalho das empresas.

Diante dessa constatação derivou-se uma outra preocupação o peso dos setores no mercado de trabalho. O primeiro a se destacar com larga vantagem foi o setor público responsável por altas taxas de criação e destruição, de forma a ditar a tendência da variação líquida de postos, tendo como expoente sobre as taxas as Secretarias de Educação e de Saúde. Frente a essa particularidade era natural ser feita uma análise focada no setor privado, isto é, retirar o peso do setor público das medidas com intuito de verificar a manutenção da tendência de desaceleração das taxas de criação como principal obstáculo do mercado de trabalho, no entanto os dados apontaram para uma inversão das predominâncias, de modo que a taxa de destruição passa a explicar a dinâmica das empresas, ou seja, o setor privado passa a destruir mais postos em meados do segundo ciclo.

Tais valores apresentados pelas medidas representam a queda do emprego formal. Quando observado pelos dados da oferta, capítulo 3, analisamos a movimentação no mercado de trabalho a nível de Ocupação, no qual o emprego formal é apenas uma posição na ocupação, os dados IBGE mediante PNAD contínua apontaram o crescimento da ocupação até 2012, porém tendo como destaque a posição na ocupação dos trabalhadores para o próprio consumo, ou seja, uma forma de ocupação precária. Além disso, dados da oferta apontam para a característica de baixa qualificação do trabalhador maranhense o que pode induzir à compreensão que esse atributo seja um dos motivos da baixa absorção do mercado refletindo

assim na queda da taxa de criação de postos, tal fato se torna verdade a medida que algumas políticas públicas de enfrentamento adotadas pelo Governo (federal e estadual) foram focadas na qualificação de mão de obra, contudo a pesquisa aponta que aliada a essas medidas devem ser adotadas políticas focalizadas nas empresas já que em parte do segundo ciclo o principal empecilho do mercado é a destruição de postos de trabalho. É pouco eficiente apenas qualificar se não há postos de trabalho suficientes para empregar essa mão de obra, o resultado é o crescimento da taxa de desocupação, ou quando há crescimento este é determinado por outras posições na ocupação muitas vezes posições precárias.

Quando comparamos os resultados com alguns fatos estilizados temos que as taxas de criação e destruição de empregos são negativamente correlacionadas, mas não de forma perfeita”, isto é, não possuem uma assimetria em suas variações e a mudança no segundo ciclo torna esse fato evidente; “a criação de empregos é pró-cíclica, e a destruição contra cíclica”, a mudança no segundo ciclo se contrapõe a esse fato ; “a taxa de realocação é inversamente relacionada com a intensidade de capital das empresas, de forma que mais empregos são criados e destruídos no setor de serviços do que na indústria”, em São Luís a pesquisa mostrou que os dados mantêm esse fato.

## REFERÊNCIAS

- BACEN - Banco Central do Brasil. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?sistemageradordeseriestemporais>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- BICALHO, A.; BARBOSA, L. **Desemprego, queda da taxa de participação e o FIES**. Disponível em <[https://www.itau.com.br/\\_arquivosstaticos/itauBBA/contents/common/docs/20140305\\_MA\\_CRO\\_VISAO\\_emplo.pdf](https://www.itau.com.br/_arquivosstaticos/itauBBA/contents/common/docs/20140305_MA_CRO_VISAO_emplo.pdf)>. Acesso em 05 abr. 2017.
- CORSEUIL, Carlos Henrique; RIBEIRO, Eduardo Pontual; SANTOS, Daniel Domingues. **Teorias sobre realocação, dinâmica do emprego e análise do caso brasileiro**. In.: Corseuil, Carlos Henrique; Servo, Luciana M. S. Criação, Destruição e Realocação de Empregos no Brasil. Brasília: IPEA, 2006.
- CORSEUIL, Carlos Henrique; RIBEIRO, Eduardo Pontual; SERVO, Luciana M. S. **Conclusão e algumas questões para pensar as políticas públicas de emprego**. In.: CORSEUIL, Carlos Henrique; SERVO, Luciana M. S. (org). Criação, Destruição e Realocação de Empregos no Brasil. Brasília: IPEA, 2006.
- DAVIS, S. J.; HALTIWANGER, J. **Gross job creation, gross job destruction and employment reallocation**. Quarterly Journal of Economics, n. 106, p. 819-63, 1992.
- DAVIS, S. J.; HALTIWANGER, J.; SCHUH, S. **Job creation and job destruction**. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.
- DIEESE- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos **Pesquisa de emprego e desemprego**. Disponível em < <http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>>. Acesso em 21/11/2016.
- DIEESE- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Metodologia principais conceitos pesquisa de emprego e desemprego**. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html>>. Acesso em 21/11/2016.
- GÓMEZ-SALVADOR, R.; MESSINA, J. **Gross job flows and Institutions in European countries**. IZA Working Paper, 2003.
- HOLANDA, F. M. ; ANCHIETA JUNIOR, V. . **A dinâmica do Mercado de Trabalho Maranhense no período 2000 a 2012: o que mudou e o que permanece?**. In: FELIPE MACEDO DE HOLANDA. (Org.). A dinâmica do Mercado de Trabalho Maranhense no período 2000 a 2012: o que mudou e o que permanece?. 1ed.SÃO LUÍS: IMESC, 2013, v. 1, p. 89-128
- HOLANDA, F. M. **Estudos sobre a economia maranhense contemporânea**. 1. ed. São Luis MA: IMESC, 2013. v. 1000. 169p .
- HOMSY, G.; Costa, M. **Criação e destruição de empregos na indústria brasileira: Uma análise**. IPEA, Brasília, 2006.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO DEMOGRÁFICO 2000**. Disponível em: <[http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_estatisticas.htm](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm)> Acesso em: 04 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Mensal de Emprego.** Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm)> Acesso em: 04 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral.** Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm)> Acesso em: 04 mar. 2017.

O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís (MA) Disponível em: <http://imirante.com/sao-luis/noticias/2014/09/12/mercado-formal-de-trabalho-do-maranhao-tem-bom-desempenho.shtml>. Acesso em 12/09/2014.

O IMPARCIAL. São Luís (MA). Disponível em: [http://www.oimparcial.com.br/\\_conteudo/2015/10/ultimas\\_noticias/urbano/181164-maranhao-apresenta-bom-desempenho-no-mercado-de-trabalho-no-mes-de-agosto-aponta-imesc.html](http://www.oimparcial.com.br/_conteudo/2015/10/ultimas_noticias/urbano/181164-maranhao-apresenta-bom-desempenho-no-mercado-de-trabalho-no-mes-de-agosto-aponta-imesc.html). Acesso em 01/10/2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.** Disponível em < <http://portal.mte.gov.br/caged/estatisticas.htm>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

PAULA, R. Z. A. de ; HOLANDA, FELIPE MACEDO DE . **Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000.** Heera (UFJF. Online), v. 6, p. 48-76, 2011

RIBEIRO, Eduardo Pontual. **Criação, destruição e realocação de empregos:** conceitos e medidas. In.: CORSEUIL, Carlos Henrique; SERVO, Luciana M. S. (org). **Criação, Destruição e Realocação de Empregos no Brasil.** Brasília: IPEA, 2006.

SCHMIDT FILHO, Ricardo; ESTEVES, Luiz Alberto; BITTENCOURT, Maurício. **Criação, destruição e realocação de empregos em países selecionados: uma meta-análise.** Nova Economia, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p.65-93, abr. 2013.

## ANEXO

Tabela 12- Subsetores taxas de criação e destruição 2009-2015 (%)

	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	JC09	JD09	JC10	JD10	JC11	JD11	JC12	JD12	JC13	JD13	JC14	JD14	JC15	JD15
01- Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	0,005429877	0,022398241	0,196168804	0,00229629	0,003420823	0,012128374	0	0,0317258
02-Prod. Mineral não Metálico	-	-	-	-	-	-	0,266742685	0,047172052	0,141385877	0,04362952	0,052556288	0,323734295	0,016590554	0,0128067
03-Indústria Metalúrgica	0,26571011	0,248801285	0,157033088	0,0133	0,016380687	-	0,057013704	0,079751312	0,082666452	0,0672485	0,047580545	0,2926359	0,035509607	0,2779645
04-Indústria Mecânica	0,16760762	0,002940485	0,055557569	0,01208		0,024061522	0,049208256	0,096040941	0,042973434	0,02853961	0,024567732	0,011506406	0,022120738	0,0360917
05-Elétrico e Comunic	0,00588097	0,011761938	0,002415546	0,00483			0,091968534	0,006447978	0,062327881	0,07938604	0,018659037	0,01026247	0,015426304	0,0713103
06-Material de Transporte					0,062053398		0,012895957	0,011538488	0,014761866	0,00229629	0,00155492	0,017104117	0,000873187	0,0049481
07-Madeira e Mobiliário	0,06469066	0,073512115	0,08212858	0,01208	0,133604764	0,041157866	0,010520386	0,006447978	0,012137535	0,00623279	0,017726085	0,011195422	0,03347217	0,0107693
08-Papel e Gráf	0,05292872	0,014702423	0,077297487	0,03673	0,455902513	0,03672548	-0,073303333	0,061015715	0,03078741	0,03521854	0,0264706	0,026470648	-0,07500017	0,0173862
09-Borracha, Fumo, Couros	0,01176194	-	0,055557569	-	0,132338368	0,001899594	0,013574691	0,01119912	0,137777421	0,01541795	0,006841647	0,107911432	0,018045866	0,0029106
10-Indústria Química		0,0058810	-	0,04106	0,303301811	-	0,046832685	0,109615633	0,185999518	0,03247611	0,06686155	0,115064063	0,016590554	0,0174637
11-Indústria Têxtil	0,07057163	0,000000	0,219814728	0,01449	0,091813701	0,063952991	0,014592793	0,004411775	0,038708894	0,00656083	0,0503794	0,005908695	0,00494806	0,0448236
12-Indústria Calçados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13-Alimentos e Bebidas					0,7630035		0,1643488	0,0746608	0,1777985	0,0387089	0,7513372	0,0264336	0,4799618	0,1411652
14-Serviço Utilidade Pública	-	-	-	-	2,174401707		0,158823889	0,404525802	0,02657136	0,02657136	0,060952855	0,054422192	0,045114664	0,0413309
15-Construção Civil	1,049753	0,035285815	4,120922256	0,09904	19,14790554	1,316418506	2,909056355	3,804985984	2,066333267	3,90106925	4,705187212	2,873491728	1,553981878	5,2300993
16-Comércio Varejista	3,76087979	1,046812515	4,038793676	1,3672	12,33406257	3,345817886	2,323308424	1,082581635	6,186206184	0,9601774	4,373678318	3,043910934	1,944005425	4,4934205
17-Comércio Atacadista	0,57633498	0,061750176	2,123265336	0,06764	1,665310568	0,746540365	0,519231944	0,120136018	1,923307183	0,21125871	0,834369947	0,408943898	0,396717981	0,6065739
18-Instituição Financeira	0,94683604	0,102916961	1,785088832	0,02899	1,046676186	0,84911843	0,301358148	0,016628997	0,107597605	0,04002106	0,139631795	0,041049882	0,06810859	0,0355096
19-Adm Técnica Profissional	-	-	-	-	-	-	0,827781319	1,725126539	3,362643312	1,72512654	3,362643312	1,961178104	1,957103231	1,9611781

20-Transporte e Comunicações	0,05753203	0,001865904	0,598333126	0,00529	2,50310984	0,684164697	0,630364473	0,328088071	0,993904715	0,26713522	0,798606792	0,229817141	1,19481094	0,3006674
21-Aloj Comunic	1,50552811	0,194071983	3,49771127	0,31402	6,066669411	1,496246719	2,003624443	0,639367962	1,12124577	1,31380612	2,40950367	0,539868143	1,571445619	0,7867415
22-Médicos Odontológicos Vet	0,27052458	0,191131498	3,91318526	0,00966	4,541295586	1,135323897	1,962221634	0,023416343	0,263745348	0,17976673	0,569722602	1,726271924	1,043167457	0,4636623
23-Ensino	0,33521524	0,72335921	1,736777903	0,08454	4,549527159	0,621167174	0,93326003	0,150000339	0,797468832	0,16992549	1,016295559	0,273665879	0,621709176	0,7596727
24-Administração Pública	0,42931075	0,223476829	19,08281701	1,76335	5,179559104	-	16,67243591	2,637901896	1,954143082	15,3454523	15,5600821	0,446572957	2,202177728	0,5102323
25-Agricultura		-	-0,00483109		-0,009497969					-0,00262433	0,002798856		0,000291062	

**TABELA 2**  
**Criação e destruição de emprego no mundo – estatísticas selecionadas**  
 (Em porcentagem com base no emprego médio do período)

Dado Artigo	País	Indústria ou todos setores	Firma estabelecimento	Anos	JC (entrada)	JC (cont.)	JC	JD	JD (cont.)	JD (saída)	NEG (cont.)	NEG (por entrada/saída)	GIR (por entrada/saída)
OECD, 1987**	FR	Todos	?	1978-1984	5,3	10,8	11,2	5,8	5,4	-0,6	-0,4	-0,1	19,0
OECD, 1987**	D	Todos	?	1978-1984	2,6	5,3	8,3	8,2	5,7	2,1	0,1	0,6	16,5
OECD, 1987**	SE	Todos	?	1982-1984	2,5	8,1	10,2	12,1	8,0	3,3	-0,7	0,1	23,5
OECD, 1987**	CA	Todos	?	1979-1984	2,3	8,1	10,1	8,8	7,0	2,2	1,5	0,2	17,3
Baldwin e Gorecki, 1998**	CA	Indústria	Estabelecimento	1970-1981	1,5	7,1	8,6	7,9	6,1	1,8	0,7	1,0	16,5
Leonard e van Audenrode, 1991**	BE	Indústria	Estabelecimento	1979-1983	-	3,0	-	3,5	-	3,5	-	-0,5	-
Contini e Revelli, 1997***	IT	Todos	Estabelecimento	1984-1993	3,8	8,1	11,9	11,1	7,4	3,7	0,8	0,7	23,0
Contini e Revelli, 1997***	IT	Indústria	Estabelecimento	1984-1993	3,3	6,8	10,1	10,5	6,9	3,6	-0,4	-0,3	20,6
Dunne, Roberts e Samuleson, 1989	US	Indústria	Estabelecimento	1963-1982	3,5	2,9	6,4	5,8	2,5	3,3	0,6	0,4	12,2
Davis, Haltiwanger e Schuh, 1996	US	Indústria	Estabelecimento	1973-1988			9,1	10,3			-1,1		19,4
Anderson e Meyer, 1994	US	Todos	Estabelecimento	1979-1984			11,3	9,9			1,4		21,3
Konings, 1995	UK	Indústria	Firma	1973-1986	1,6				5,6			-3,9	
Blanchflower e Burgess, 1996*	UK	Todos	Estabelecimento	1980, 1984 1990	5,4				6,8			2,6	
Hamermesh et al., 1996	NL	Todos	Firma	1988, 1990	4,0				2,2			1,8	
Klette e Mathiassen, 1996	NO	Indústria	Estabelecimento	1976-1986	1,1	6,0	7,1	8,4	6,8	1,6	-1,2	-0,5	15,5
Salvanes, 1997	NO	Indústria	Estabelecimento	1977-1992	1,7	5,7	7,4	9,4	7,0	2,4	-2,0	-1,3	16,8
Albaek e Sorensen, 1998	DK	Indústria	Estabelecimento	1980-1991			12,0	11,5			0,5		23,5
Boeri e Cramer, 1992	D	Todos	Estabelecimento	1977-1989	2,2	5,8	8,0	7,2	5,5	1,7	0,8	0,3	15,2
Abowd, Corbel e Kramarz, 1999	FR	Todos	Firma	1987-1990			7,5	6,9			0,6		14,4
Gourinchas, 1999	FR	Indústria	Firma	1984-1992			14,4	14,2			0,2		28,6
Roberts, 1996	CO	Indústria	Estabelecimento	1977-1991	5,5	7,0	12,5	12,2	8,0	4,2	0,3	0,1	24,6
Roberts, 1996	CL	Indústria	Estabelecimento	1979-1986	4,3	8,6	12,9	13,9	7,5	6,4	-1,0	1,1	26,8
Camhi, Engle e Micco, 1997	CL	Indústria	Estabelecimento	1981-1992	8,7	8,0	16,7	13,5	5,5	8,0	3,2	2,5	30,2
Genda, 1998	JP	Todos	Estabelecimento	1991-1995	4,5	4,2	8,7	7,6	3,9	3,7	1,1	0,3	16,3
Genda, 1998	JP	Indústria	Estabelecimento	1991-1995	2,4	3,2	5,6	6,6	4,0	2,6	-1,0	-0,8	12,2
Mumford e Smith, 1999	AU	Indústria	Estabelecimento	1988-1989			10,1		-5,2			5,0	
Faggio, 2000*	BU	Indústria	Firma	1994-1997	2,4				5,9			-3,5	

(continua)

(continuação)

Dado Artigo	País	Indústria ou todos setores	Firma estabelecimento	Anos	JC (entrada)	JC (cont.)	JC	JD	JD (cont.)	JD (saída)	NEG (cont.)	NEG (cont.)	NEG (por entrada/saída)	GJR	GJR (por entrada/saída)
Faggio, 2000*	PO	Indústria	Firma	1994-1997	3,9				5,9			-2,0		--	--
Faggio, 2000*	RO	Indústria	Firma	1994-1997	2,9				8,9			-6,0		--	--
Pazello, Bivar e Gonzaga, 2001	BR	Indústria	Estabelecimento	1986-1995	9,8				-13,3			-3,5		23,1	--
Corseuil <i>et al.</i> , 2002	BR	Todos	Estabelecimento	1996-1998											
Garibaldi, 2000	MX	Indústria	Estabelecimento	1984-1990			5,8	4,7				1,1		10,5	
Gautier e Broersma, 2001	NL	Indústria	Firma	1978-1991	3,8	3,6	7,4	7,8	4,4	3,4	0,4	0,8	0,4	15,2	7,10
Genda, 1998	JP	Todos	Estabelecimento	1991-1995			4,2	3,9			0,3			8,1	
Salvanes, 1997	NO	Indústria	Estabelecimento	1977-1992	1,7	5,7	7,4	9,4	7,0	2,4	2,0	1,3	0,7	16,8	4,1
Boeri e Cramer, 1992	D	Todos	Estabelecimento	1977-1989	2,3	6,2	8,5	7,5	5,8	1,7	1,0	0,4	0,6	12,0	4,0
Blanchard e Portugal, 2001	PT	Indústria	Estabelecimento	1983-1995	5,3	6,1	11,4	11,8	6,3	5,5	0,4	0,2	0,2	23,2	10,8
Stiglbauer <i>et al.</i> , 2002	OS	Todos	Estabelecimento	1978-1995	3,1	5,8	8,9	8,9	5,9	3,0	0	0,1	0,1	17,8	6,1
Contini e Revelli, 1997	IT	Indústria	Estabelecimento	1984-1989	3,4	6,5	9,9	10	6,6	3,4	0,1	0,1	0	19,9	6,8
Tsou <i>et al.</i> , 2002	TW	Indústria	Firma	1981-1994			6,8	5,3			1,5			12,1	
Baldwin, Dunne, Haltiwanger, 1998	CA	Indústria	Estabelecimento	1974-1992			10,9	11,1			0,2			22,0	
Stiglbauer <i>et al.</i> , 2002	SW	Todos	Estabelecimento	1987-1995	1,8	9,4	11,2	12,1	10,4	1,7	0,9	1,0	0,1	23,3	
Blanchard e Portugal, 2001	PT	Indústria	Estabelecimento	1983-1995	4,9	5,7	10,6	11,6	6,3	5,3	1,0	0,6	0,4	22,2	10,2
Leonard, 1987	US	Indústria	Estabelecimento	1978-1982			13,8	11,0			2,8			24,8	
Barnes e Haskei, 2001	UK	Indústria	Estabelecimento	1981-1991			10,0	13,5			3,5			23,5	
Spletzer, 2000	US	Indústria	Estabelecimento	1990-1995	12,1	12,8	14,6	13,2	11,8	10,6	1,3	1,0	1,5	27,8	22,8

Elaboração dos autores.

Nota: Número pode não somar em razão do arredondamento.

Obs.: \*Taxas calculadas originalmente usando emprego defasado e ajustadas. Aqui usando  $g=2G/(2+G)$ .

\*\* Apud Hamermesh, 1993, tabela 2.

\*\*\* Apud Genda, 1998.